

União Europeia

História e Instituições

José Manuel Fernandes

N.1

União Europeia

História e Instituições

Ficha Técnica

Coleção Europa – Pela Nossa Terra

Título União Europeia – história e instituições

Autor José Manuel Fernandes

Produção Grupo do Partido Popular Europeu no Parlamento Europeu

Fotografia ©União Europeia

Design Gráfico Gen Design Studio

Impressão Diário do Minho

Tiragem 2.000 exemplares

Depósito Legal

Data da Edição Dezembro 2015

ISBN 978-989-98841-3-7

Índice

Introdução	4
A construção Europeia	6
Estados-Membros	10
UE: Uma história de sucesso	18
Fundadores e Impulsionadores	24
História da Construção Europeia	32
Os símbolos da UE	48
Instituições da UE	50
» Parlamento Europeu	54
» Conselho Europeu	68
» Conselho da União Europeia	77
» Comissão Europeia	84
» Outras instituições e organismos	91
Trabalhar ou estagiar num organismo da UE	99
Anos Europeus	100
União Europeia: um desafio em construção	102
Custos da “Não-Europa”	105
Portugal: Somos Capazes!	108
Portugues nas Instituições da UE	110
Glossário e Links	118

Introdução

No dia 9 de maio de 1959, Robert Schumann proferia uma declaração plena de atualidade: “A Europa não se fará de um só golpe, nem numa construção de conjunto: far-se-á por meio de **realizações concretas** que criem, em primeiro lugar, uma **solidariedade de facto**”.

Esta declaração, sempre atual, remete-me para a necessidade de prosseguirmos a construção europeia com base na partilha, na solidariedade, nos valores, na concretização do desenvolvimento e da Paz.

A União Europeia é vítima do seu **enorme sucesso**. A prova é que damos, erradamente, o objetivo da Paz como absolutamente consolidado.

Esquecemos que, há ainda bem pouco tempo, na última guerra mundial, cometemos as maiores atrocidades que ceifaram a vida a cerca de 55 milhões de pessoas.

A UE passou de 6 Estados-Membros para 28. O Parlamento Europeu reforçou os seus poderes e a sua legitimidade democrática decidindo, em regra, num processo de decisão conjunta com o Conselho.

Os custos políticos, sociais e económicos da “não europa” são evidentes.

Mas os nacionalismos, os egoísmos nacionais, as atitudes xenófobas estão a regressar. Os extremos estão a crescer e colocam a construção europeia em perigo.

Os líderes nacionais reféns dos extremos e do populismo, **nacionalizam os sucessos e europeízam os fracassos**. A UE tem tido as costas largas!

Nós, 500 milhões de cidadãos, partilhamos valores comuns, vivemos em liberdade, num ambiente multicultural, defendemos a dignidade humana, que consideramos inalienável e inviolável. A nossa economia é a maior do planeta, somos o maior doador mundial. Representamos apenas 7% da população mundial, mas **acedemos a 50% das despesas sociais do planeta**.

Espero que esta publicação, que dá a conhecer a evolução da UE, desde a sua génese, e as nossas instituições, ajude a lembrar de onde viemos, como começamos e onde estamos. É preciso lembrar e relembrar.

A construção europeia

A ideia de uma Europa unida começou por ser apenas um sonho alimentado durante séculos por alguns filósofos e visionários. Victor Hugo, por exemplo, imaginou uns “Estados Unidos da Europa” pacíficos e inspirados num ideal humanístico. Este modelo ideal foi brutalmente desfeito pelos trágicos conflitos que destruíram o continente durante a primeira metade do século XX.

- » I Grande Guerra: cerca de 9 milhões de mortos, dos quais 5% seriam civis. É um dos balanços trágicos do conflito que decorreu de 28 de julho de 1914 a 11 de novembro de 1918, envolvendo cerca de 65 milhões de soldados e tendo como palco a Europa.
- » II Grande Guerra: mais de 60 milhões de mortos num conflito que envolveu a generalidade das grandes potências mundiais. Da Europa, estendeu-se aos EUA, Ásia e África. Mobilizou mais de 100 milhões de militares, implicou pela primeira vez o uso de armas nucleares e ficou ainda marcada por atrocidades como o Holocausto.

Mas acabou por ser das cinzas da Segunda Guerra Mundial que se desenvolveu e consubstanciou um verdadeiro projeto político para unir povos e nações. Os trágicos conflitos da primeira metade do século XX consolidaram a necessidade e a urgência de assegurar uma **paz duradoura**, dando origem a uma nova era na Europa Ocidental. Em torno de interesses comuns, foi possível congrega países em novas estruturas institucionais, assentes em tratados que garantem o primado da lei e a igualdade das nações, numa relação de cooperação e decisão partilhada. Da paz entre nações, passou-se à **prosperidade económica e ao bem-estar social**. A 9 de maio de 1950, o então ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Robert Schuman, apresentou uma proposta de criação de uma Europa organizada, para a manutenção de relações pacíficas entre todos os estados europeus. Esta proposta, conhecida como **‘Declaração Schuman’**, é considerada o começo da criação do que é hoje a União Europeia.

“Existe um remédio que (...), em poucos anos, poderia tornar toda a Europa (...) livre e (...) feliz. Trata-se de reconstituir a família europeia ou, pelo menos, a parte que nos for possível reconstituir e assegurar-lhe uma estrutura que lhe permita viver em paz, segurança e liberdade. Devemos criar uma espécie de Estados Unidos da Europa.”

Winston Churchill, no seu famoso «Discurso à juventude académica», proferido em 1946, na Universidade de Zurique.

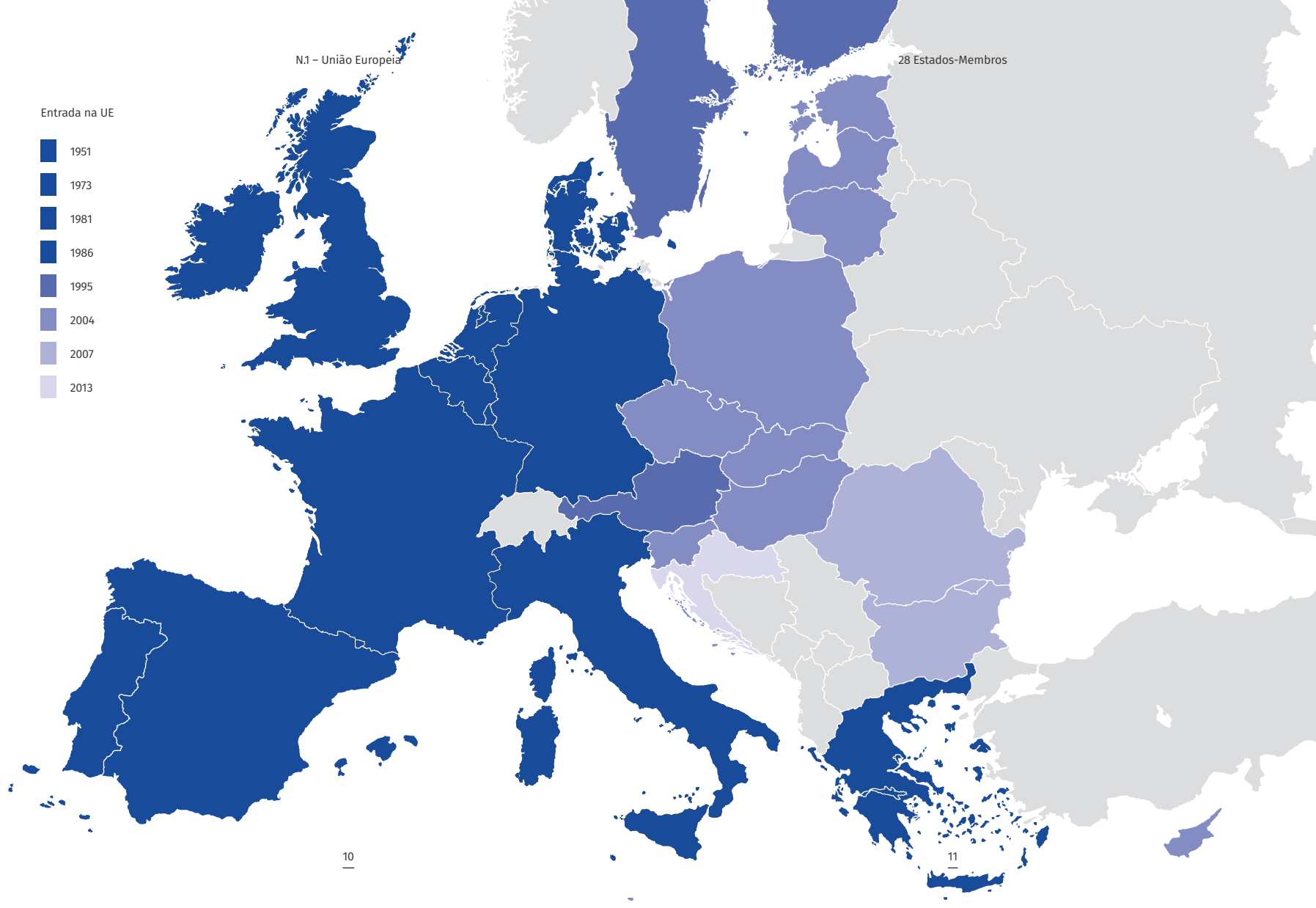


“A paz mundial não poderá ser salvaguardada sem esforços criadores à medida dos perigos que a ameaçam. A contribuição que uma Europa organizada e viva pode dar à civilização é indispensável para a manutenção de relações pacíficas. (...) A Europa não se fará de um golpe, nem numa construção de conjunto: far-se-á por meio de realizações concretas que criem em primeiro lugar uma solidariedade de facto. (...)”

Excerto da Declaração de Robert Schuman, a 9 de maio de 1950, na apresentação pública da proposta que deu origem à criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

As bases constitutivas da União Europeia foram consagradas numa série de tratados:

- » O Tratado de Paris, que em 1951 instituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA);
- » Os Tratados de Roma, que em 1957 criaram a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euratom).
- » Os Tratados inicialmente estabelecidos foram posteriormente alterados, de forma a reforçar e solidificar o processo de integração, através de:
 - Ato Único Europeu, em 1986
 - Tratado da União Europeia (Maastricht), em 1992
 - Tratado de Amesterdão, em 1997
 - Tratado de Nice, em 2001
 - Tratado de Lisboa, em 2007



União Europeia

Os 28 Estados-Membros

1951

França
Itália
Alemanha
Bélgica
Holanda
Luxemburgo

1973

Dinamarca
Irlanda
Reino Unido

1981

Grécia

1986

Espanha
Portugal

1995

Áustria
Finlândia
Suécia

2004

Chipre
República Checa
Estónia
Hungria
Letónia
Lituânia
Malta
Polónia
Eslováquia
Eslovénia

2007

Bulgária
Roménia

2013

Croácia

Zona Euro

Os 19 Estados-Membros que aderiram ao euro

1999

Alemanha
Áustria
Bélgica
Espanha
Finlândia
França
Irlanda
Itália
Luxemburgo
Países Baixos
Portugal

2001

Grécia

2007

Eslovénia

2008

Chipre
Malta

2009

Eslováquia

2011

Estónia

2014

Letónia

2015

Lituânia

PORTUGAL

Adesão à UE: 1986
 Sistema político: República
 Capital: Lisboa
 Superfície total: 92.072 km²
 População: 10.487.289 hab.
 Moeda: euro
 Língua oficial: português

ALEMANHA

Adesão à UE: 1952 (membro fundador)
 Sistema político: República Federal
 Capital: Berlim
 Sup. total: 356 854 km²
 População: 80.523.746 hab.
 Moeda: euro
 Língua oficial: alemão

DINAMARCA

Adesão à UE: 1973
 SP: Monarquia constitucional
 Capital: Copenhaga
 Sup. total: 43 094 km²
 População: 5.602.628 hab.
 Moeda: coroa dinamarquesa
 Língua oficial: dinamarquês

ESTÓNIA

Adesão à UE: 2004
 Sistema político: República
 Capital: Tallin
 Sup. total: 45 000 km²
 População: 1.320.174 hab.
 Moeda: euro
 Língua oficial: estónio

ÁUSTRIA

Adesão à UE: 1995
 Sistema político: República Federal
 Capital: Viena
 Sup. total: 83.870 km²
 População: 8.451.860 hab.
 Moeda: euro
 Língua oficial: alemão

BÉLGICA

Adesão à UE: 1982 (membro fundador)
 SP: Monarquia constitucional
 Capital: Bruxelas
 Sup. total: 30.528 km²
 População: 11.162.642 hab.
 Moeda: euro
 Línguas oficiais: alemão, francês, neerlandês

FINLÂNDIA

Adesão à UE: 1995
 Sistema político: República
 Capital: Helsínquia
 Sup. total: 338 000 km²
 População: 5.426.674 hab.
 Moeda: euro
 Línguas oficiais: finlandês, sueco

FRANÇA

Adesão à UE: 1952 (membro fundador)
 Sistema político: República
 Capital: Paris
 Sup. total: 550 000 km²
 População: 65.578.819 hab.
 Moeda: euro
 Língua oficial: francês

BULGÁRIA

Adesão à UE: 2007
 Sistema político: República
 Capital: Sófia
 Sup. total: 111 000 km²
 População: 7.284.552 hab.
 Moeda: lev
 Língua oficial: Búlgaro

CHIPRE

Adesão à UE: 2004
 Sistema político: República
 Capital: Nicósia
 Sup. total: 9.250 km²
 População: 865.878 hab.
 Moeda: euro
 Línguas oficiais: grego, inglês

GRÉCIA

Adesão à UE: 1981
 Sistema político: República
 Capital: Atenas
 Sup. total: 131 957 km²
 População: 11.062.508 hab.
 Moeda: euro
 Língua oficial: grego

HUNGRIA

Adesão à UE: 2004
 Sistema político: República
 Capital: Budapeste
 Sup. total: 93 000 km²
 População: 9.908.708 hab.
 Moeda: forint
 Língua oficial: húngaro

CROÁCIA

Adesão à UE: 2013
 Sistema político: República
 Capital: Zagreb
 Sup. total: 56.542 km²
 População: 4.262.140 hab.
 Moeda: kuna
 Língua oficial: croata

REPÚBLICA CHECA

Adesão à UE: 2004
 Sistema político: República
 Capital: Praga
 Sup. total: 78 866 km²
 População: 10.516.125 hab.
 Moeda: coroa checa
 Língua oficial: checo

IRLÂNDIA

Adesão à UE: 1973
 Sistema político: República
 Capital: Dublin
 Sup. total: 70.000 km²
 População: 4.591.087 hab.
 Moeda: euro
 Línguas oficiais: inglês, irlandês

ITÁLIA

Adesão à UE: 1952 (membro fundador)
 Sistema político: República
 Capital: Roma
 Sup. total: 301.263 km²
 População: 59.685.227 hab.
 Moeda: euro
 Língua oficial: italiano

LETÓNIA

Adesão à UE: 2004
 Sistema político: República
 Capital: Riga
 Sup. total: 65.000 km²
 População: 2.023.825 hab.
 Moeda: euro
 Língua oficial: letão

LITUÂNIA

Adesão à UE: 2004
 Sistema político: República
 Capital: Vilnius
 Sup. total: 65.000 km²
 População: 2.971.905 hab.
 Moeda: euro
 Língua oficial: lituano

ROMÉNIA

Adesão à UE: 2007
 Sistema político: República
 Capital: Bucareste
 Sup. total: 237.500 km²
 População: 20.020.074 hab.
 Moeda: leu
 Língua oficial: romeno

ESLOVÁQUIA

Adesão à UE: 2004
 Sistema político: República
 Capital: Bratislava
 Sup. total: 48.845 km²
 População: 5.410.836 hab.
 Moeda: euro
 Língua oficial: eslovaco

LUXEMBURGO

Adesão à UE: 1952
 (membro fundador)
 S. político: Monarquia constitucional
 Capital: Luxemburgo
 Sup.e total: 2.586 km²
 População: 537.039 hab.
 Moeda: euro
 Línguas oficiais: francês, alemão

MALTA

Adesão à UE: 2004
 Sistema político: República
 Capital: La Valeta
 Sup. total: 316 km²
 População: 421.364 hab.
 Moeda: euro
 Línguas oficiais: maltês, inglês

ESLOVÉNIA

Adesão à UE: 2004
 Sistema político: República
 Capital: Liubliana
 Sup. total: 20.273 km²
 População: 2.058.821 hab.
 Moeda: euro
 Língua oficial: esloveno

ESPANHA

Adesão à UE: 1986
 S. político: Monarquia constitucional
 Capital: Madrid
 Sup. total: 504.782 km²
 População: 46.727.890 hab.
 Moeda: euro
 Língua oficial: espanhol

PAÍSES BAIXOS

Adesão à UE: 1952 (membro fundador)
 S. político: Monarquia constitucional
 Capital: Amesterdão
 Sup. total: 41.526 km²
 População: 16.778.575 hab.
 Moeda: euro
 Língua oficial: neerlandês

POLÓNIA

Adesão à UE: 2004
 Sistema político: República
 Capital: Varsóvia
 Sup. total: 312.679 km²
 População: 38.533.299 hab.
 Moeda: zloty
 Língua oficial: polaco

SUÉCIA

Adesão à UE: 1995
 S. político: Monarquia constitucional
 Capital: Estocolmo
 Sup. total: 449.964 km²
 População: 9.555.893 hab.
 Moeda: coroa sueca
 Língua oficial: sueco

REINO UNIDO

Adesão à UE: 1973
 S. político: Monarquia constitucional
 Capital: Londres
 Sup. total: 244.820 km²
 População: 63.896.071 hab.
 Moeda: libra esterlina
 Língua oficial: inglês

UE: Uma história de sucesso

A União Europeia é um feito histórico que trouxe paz, prosperidade e qualidade de vida aos cidadãos. Depois dos horrores das Grandes Guerras, os ideais pacifistas e europeístas conquistaram, finalmente, espaço para a sua concretização. O período do pós-guerra, até por força da necessidade extrema de juntar forças para a reconstrução, fomentou um novo modelo de cooperação na Europa. O próprio movimento de resistência apoiou sempre a ideia de uma Europa unida como forma de consolidar o espírito de cooperação e fraternidade dos anos da guerra.

Mas, apesar destes primeiros planos federalistas e das propostas de Altiero Spinelli, com a derrota eleitoral de Churchill em Inglaterra após a guerra, o movimento de unidade europeia perdeu força.

A alavanca de integração europeia haveria de vir de outras fontes. Com o Plano Marshall, que providenciava ajuda financeira para a Europa, os EUA exigiam que fosse estabelecida uma organização para administrar o programa. Esta organização entrou em funcionamento em 1948 e passou, em

1960, a ser denominada Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE). Apesar de ser, essencialmente, intergovernamental, a OCDE requeria um certo grau de coordenação e cooperação institucionalizada entre os Estados Europeus que beneficiavam de ajuda.

Outros exemplos embrionários de integração são evidentes no Tratado do Benelux e na OTAN.

Proposta de Schuman

O grande impulso para a criação da Comunidade Europeia viria a ser dado pelo francês **Robert Schuman**, ao promover uma coordenação franco-alemã para a gestão dos recursos do carvão e do aço. O plano foi criado por **Jean Monnet**, um federalista assumido. Apesar de ter uma inspiração marcadamente económica, o plano representou, acima de tudo, uma tentativa de estabilizar as relações entre a França e a Alemanha após a guerra.

A proposta de Schuman levou à criação da **Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA)**, com uma duração prevista de cinquenta anos e que expirou em 2002. Este foi o primeiro e significativo passo no sentido de uma integração europeia intergovernamental, estabelecendo uma autoridade supranacional cujas instituições independentes tinham o poder de vincular os seus Estados-Fundadores.

O **Tratado da CECA** foi assinado em 1951 por França, Alemanha, Itália e os três países do Benelux (Luxemburgo, Países Baixos e Bélgica).

Mais integração económica

O passo seguinte verificou-se com a conferência dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos seis Estados fundadores, em Itália, em 1955, onde se chegou a acordo sobre uma maior integração económica. Face ao êxito da CECA, os seis países fundadores decidiram alargar o processo de integração a outros setores das suas economias. Desta Conferência, saiu um relatório pela mão de **Paul Henri-Spaak**, na altura primeiro-ministro da Bélgica, que continha o esboço de um plano para a criação da **Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM)** e da **Comunidade Económica Europeia (CEE)** – instituídas em 1957 pelo **Tratado de Roma**.

A ênfase, desta vez, era somente na integração económica, objetivo consagrado no preâmbulo do Tratado constitutivo da CEE. Os seus objetivos passavam pela criação de um mercado e impostos alfandegários externos comuns, uma política conjunta para a agricultura, políticas comuns para o movimento de mão de obra e para os transportes, e fundava instituições comuns para o desenvolvimento económico. O **Tratado de Bruxelas**, em 1965, viria a fundir as três Comunidades Europeias, criando um Conselho e uma Comissão únicas.

A relutância inglesa

Apesar da concentração na integração económica, durante os anos 60, várias vezes se levantaram no sentido de uma maior cooperação política. Mas **o novo avanço no sentido da integração só se verificou em 1973, com o primeiro alargamento.**

Nos anos 50, o Reino Unido tinha escolhido manter-se à margem da CEE e criou, em vez disso, a Associação Europeia de Livre Comércio (AELC), com outros seis Estados: a Noruega, a Suécia, a Áustria, a Suíça, a Dinamarca e Portugal.

Em 1961, depois de uma mudança política interna, o Reino Unido enviou a sua candidatura de adesão à CEE. De Gaulle vetou a candidatura por conceber o Reino Unido mais como parte da Commonwealth do que como parte do projeto de integração europeia continental. Voltou a fazê-lo em 1967, quando o Reino Unido apresentou nova candidatura de adesão. Só após a demissão de De Gaulle é que a candidatura britânica foi, finalmente, aceite, juntamente com as candidaturas da Irlanda e da Dinamarca, em 1973.

O grande impulso

Outro grande impulso à integração deu-se em 1985, com o Livro Branco do comissário britânico Lord Cockfield, onde se lançaram as traves-mestras para a conclusão do mercado interno, através do **Ato Único Europeu**.

Ao ser assinado, em 1986, o Ato Único Europeu – já com a Grécia, Espanha e Portugal na comunidade europeia – marca a mais importante revisão dos Tratados desde o início do projeto Europeu. Atribui, pela primeira vez, uma base jurídica à política de cooperação europeia e reconhece, formalmente, o Conselho Europeu.

É criado um tribunal de primeira instância, o **Tribunal Europeu de Justiça**, e introduzido um novo procedimento de cooperação, em várias áreas, no Tratado da CEE, com um papel consultivo para o **Parlamento Europeu**. Ao Parlamento, é, também, atribuído um direito de veto em relação à adesão de novos Estados-Membros e em relação ao estabelecimento de acordos com estados terceiros.

O Ato Único Europeu abriu caminho a uma nova vaga de integração que culminou com a adoção do **Tratado da União Europeia** (Tratado de Maastricht). Deu origem ao livre **movimento de pessoas, bens, serviços e capital**, pilares essenciais da União Europeia tal como a conhecemos hoje.

A 1 de maio de 2004, assistiu-se ao **maior alargamento da UE**, com a adesão de 10 novos países – Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa. Dois anos e oito meses depois, a 1 de janeiro de 2007, verificou-se a adesão da Bulgária e da Roménia, chegando a UE aos 27 Estados-Membros. Em julho de 2013, a Croácia constituiu-se como o 28º Estado-Membro.

Foi também o Tratado da União Europeia que permitiu a **adoção do euro** como moeda única, que passou a ser a moeda nacional em doze Estados-Membros, em 2002. A 1 de janeiro de 2011, a Estónia tornou-se já o décimo sétimo Estado da União Europeia a aderir ao Euro. Seguiram-se a Letónia, em 2014, e a Lituânia, em 2015.

Fundadores e Impulsionadores

A concretização do projeto de integração europeia ficou fortemente a dever-se à intervenção de um conjunto de líderes europeus visionários, que decidiram empenhar toda a sua energia e capacidade na construção de uma Europa em paz, unida e próspera.

Konrad Adenauer:
democrata pragmático e unificador incansável



O primeiro Chanceler da República Federal da Alemanha, que se manteve à frente do novo Estado alemão entre 1949 e 1963, contribuiu de forma decisiva para alterar a história da Alemanha e da Europa do pós-guerra.

Logo após a I Guerra Mundial, Adenauer acompanhou muitos outros políticos da sua geração na conclusão de que só era possível alcançar uma paz duradoura com uma Europa unida. Entre 1949 e 1955, Adenauer concretizou uma série de objetivos ambiciosos em matéria de política externa, com o intuito de vincular o futuro da Alemanha à aliança ocidental: adesão ao Conselho da Europa (1951), fundação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1952) e entrada da Alemanha na NATO (1955).

A reconciliação com a França foi um pilar fundamental da política externa de Adenauer. Em 1963, sob os auspícios de Adenauer e do Presidente francês Charles de Gaulle, é assinado um Tratado de amizade entre os dois países, outrora acérrimos inimigos, que assinala um ponto de viragem histórico e constitui um dos marcos do processo de integração europeia.

Alcide De Gasperi: um mediador inspirado

Na qualidade de primeiro-ministro e de ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália entre 1945 e 1953, Alcide De Gasperi traçou o destino do seu país nos anos do pós-guerra. Nasceu na região de Trentino-Alto Adige (Tirol do Sul), que até 1918 fez parte da Áustria. Esteve preso entre 1927 e 1929, antes de obter asilo no Vaticano. O fascismo e a guerra levaram-no a concluir que só a união da Europa poderia evitar a repetição dos mesmos erros. Promoveu repetidas iniciativas para a unificação da Europa Ocidental, colaborando na realização do Plano Marshall e criando estreitos laços económicos com outros países europeus, em especial com a França. Apoiou o Plano Schuman para a fundação da CEEA e contribuiu para desenvolver a ideia de uma política europeia comum de defesa.



Robert Schuman: o arquiteto da integração



Robert Schuman, político, advogado e ministro dos Negócios Estrangeiros francês entre 1948 e 1952, é considerado um dos promotores da unificação europeia. Deportado para a Alemanha em 1940, conseguiu fugir e juntar-se à resistência francesa dois anos mais tarde. Apesar disso, nunca manifestou qualquer ressentimento para com a Alemanha quando, no pós-guerra, liderou o processo de unificação europeia. Em colaboração com Jean Monnet, elaborou o famoso Plano Schuman, que divulgou a 9 de maio de 1950, hoje considerada a data de nascimento da União Europeia. Propunha o controlo conjunto da produção do carvão e do aço, as matérias-primas mais importantes para a produção de armamento. A ideia fundamental subjacente à proposta era a de que um país que não controlasse a produção de carvão e de aço não estaria em condições de declarar guerra a outro. Schuman apresentou o seu plano ao Chanceler alemão Konrad Adenauer que, vendo nele imediatamente uma oportunidade para pacificar a Europa, o aprovou. Pouco tempo depois, foi a vez dos governos de Itália, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos reagirem favoravelmente. Schuman apoiou também a criação de uma política europeia comum de defesa e foi presidente do Parlamento Europeu entre 1958 e 1960.

Joseph Bech: a influência de um pequeno país

Joseph Bech liderou o Luxemburgo num contributo determinante para a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. As duas guerras mundiais comprovaram a situação

delicada de um pequeno Estado entre vizinhos poderosos. Face ao reconhecimento da importância de uma abordagem internacional e da cooperação entre os Estados para garantir a estabilidade e a prosperidade da Europa, Bech começou por ajudar à união do Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo), que se revelou muito útil no desenvolvimento das instituições europeias. Foi um memorando conjunto dos países do Benelux que levou à convocação da Conferência de Messina em junho de 1955, preparando o caminho para a Comunidade Económica Europeia.

Johan Willem Beyen: pelo mercado comum

Banqueiro, empresário e estadista internacional, Johan Willem Beyen foi um político holandês que, com o seu «Plano Beyen», deu um novo impulso ao processo de integração europeia, em meados da década de cinquenta. Enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, Beyen impulsionou o processo de unificação europeia e convenceu forças relutantes, tanto no seu país como no resto da Europa. O «Plano Beyen» consistia numa proposta de criação de uma união aduaneira e estabelecimento de uma ampla cooperação económica, no âmbito de um mercado comum europeu. Os elementos fundamentais do plano foram, assim, efetivamente consagrados nos Tratados de Roma, em 1957, constituindo, desde então, um aspeto fulcral da União Europeia.



Winston Churchill: guerreiro da união



Winston Churchill, antigo oficial do exército, repórter de guerra e primeiro-ministro britânico (1940-1945 e 1951-1955), foi um dos primeiros a preconizar a criação dos “Estados Unidos da Europa”. Depois da Segunda Guerra Mundial, acreditava que só uma Europa unida poderia assegurar a paz. O seu objetivo era eliminar definitivamente as ‘doenças’ europeias do nacionalismo e do belicismo. O impulsionador da coligação contra Hitler tornou-se um militante ativo da causa europeia, apesar de o Reino Unido ter sido depois um dos países mais relutantes à entrada na comunidade fundadora da União Europeia, optando por outros modelos de cooperação económica que acabaram por cair.

Jean Monnet: a força unificadora



O consultor económico e político francês Jean Monnet dedicou a sua vida à causa da integração europeia, tendo sido o principal inspirador da famosa ‘Declaração Schuman’, que previa a fusão da indústria pesada da Europa Ocidental e que conduziu à criação da CECA, considerada o ato fundador da União Europeia. Monnet era oriundo da região de Cognac, em França. Quando terminou o liceu, aos 16 anos de idade, viajou por vários países como comerciante de conhaque e, mais tarde, como banqueiro. Durante as duas guerras mundiais, exerceu cargos importantes relacionados com a coordenação da produção industrial em França e no Reino Unido. Entre 1952 e 1955, foi o primeiro presidente do órgão executivo da CECA.

Paul-Henri Spaak: um visionário persuasivo



A longa carreira política do belga Paul-Henri Spaak faz inteiramente jus ao título de ‘estadista europeu’. Foi presidente da primeira Assembleia Plenária das Nações Unidas, em 1946, e secretário-geral da NATO, entre 1957 e 1961. Foi decisivo na redação do Tratado de Roma. Durante a ‘Conferência de Messina’, em 1955, os seis governos participantes nomearam-no presidente do grupo de trabalho responsável pela elaboração do Tratado.

Mentindo sobre a sua idade, conseguiu ser recrutado pelo exército belga durante a I Guerra Mundial, tendo passado dois anos como prisioneiro de guerra na Alemanha. Durante a II Guerra Mundial, como ministro dos Negócios Estrangeiros, tentou, em vão, manter a neutralidade belga. Partiu depois para o exílio juntamente com o Governo, primeiro para Paris e, mais tarde, para Londres. Após a libertação da Bélgica, Spaak desempenhou as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros e de primeiro-ministro. Já durante a II Guerra Mundial, tinha formulado planos para uma união dos países do Benelux e, imediatamente a seguir à guerra, fez campanha pela unificação da Europa, tendo apoiado a criação da CECA e a Comunidade Europeia de Defesa. Para Spaak, unir países através de tratados vinculativos constituía o meio mais eficaz de garantir a paz e a estabilidade.

Altiero Spinelli: um federalista inabalável



O político italiano Altiero Spinelli foi um dos fundadores da União Europeia e o principal promotor do chamado 'Plano Spinelli', uma proposta do Parlamento Europeu relativa a um Tratado para uma União Europeia federal. Esta proposta foi aprovada pelo Parlamento em 1984, por uma esmagadora maioria, e constituiu uma importante fonte de inspiração para a consolidação dos Tratados da UE ao longo das décadas de oitenta e noventa.

Altiero Spinelli aderiu ao Partido Comunista aos 17 anos, facto pelo qual esteve preso, por decisão do regime fascista italiano, entre 1927 e 1943. No fim da II Guerra Mundial, fundou o movimento federalista em Itália. Altiero Spinelli contribuiu para a unificação europeia na qualidade de conselheiro de personalidades como Alcide De Gasperi, Paul-Henri Spaak e Jean Monnet. Além disso, promoveu a causa europeia no meio académico, tendo fundado o Instituto para os Assuntos Internacionais em Roma. Na qualidade de Membro da Comissão Europeia, foi responsável pelos assuntos internos entre 1970 e 1976. Foi deputado pelo Partido Comunista no Parlamento italiano durante três anos, antes de ser eleito deputado ao Parlamento Europeu em 1979.

Walter Hallstein: uma força diplomática

O alemão Walter Hallstein foi o primeiro presidente da Comissão Europeia, de 1958 a 1967. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Alemanha na década de cinquenta,

é o pai da 'doutrina Hallstein', que influenciou a política externa alemã durante longos anos e que tinha como ideia central a integração da jovem democracia na Europa Ocidental. Europeísta convicto e um defensor decisivo da integração europeia, empenhou-se na criação rápida do mercado comum. O seu entusiasmo, a sua energia e o seu poder de persuasão contribuíram para a causa da integração, mesmo passado o período da sua presidência. Durante o seu mandato, o processo de integração avançou significativamente.



Sicco Mansholt: agricultor, combatente da resistência e um verdadeiro europeu

Sicco Mansholt foi agricultor, membro da resistência neerlandesa durante a II Guerra Mundial, político nacional e o primeiro Comissário Europeu responsável pela agricultura. Na base da criação da Política Agrícola Comum da União Europeia, defendeu a importância de promover a produtividade agrícola, prevendo a criação de sistemas que garantiriam aos agricultores um determinado preço mínimo para os seus produtos, incentivando-os a produzir mais. Tendo testemunhado os horrores da fome nos Países Baixos no fim da Segunda Guerra Mundial, Mansholt acreditava que a Europa se devia tornar autossuficiente do ponto de vista alimentar e garantir a todos um abastecimento estável de alimentos a preços razoáveis.





1950 **9 de maio** – Declaração Schuman: retomando uma ideia lançada por Jean Monnet, o ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Robert Shuman, apresentou publicamente a proposta para a criação da primeira comunidade europeia, colocando sob gestão de uma autoridade comum a produção do carvão e do aço – matérias-primas da guerra.



1951 **18 de abril** – Tratado de Paris: instituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), juntando seis estados fundadores: (Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Alemanha, Itália e França.)

1952 **27 maio** – Os Seis (Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Países Baixos) assinam, em Paris, o Tratado da Comunidade Europeia de Defesa (CED).





1952 **23 de julho**—Entra em funcionamento a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Jean Monnet é nomeado presidente da Alta Autoridade e Paul-Henri Spaak presidente da Assembleia comum.

10 novembro—Jean Monnet, presidente da Alta Autoridade da CECA, apresenta a sua demissão após o fracasso da CED, depois da rejeição da França. É substituído por René Mayer.



1955 **1 e 2 de junho**—Reunidos em Messina, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Seis decidem tornar a integração europeia extensiva a toda a economia.

1957 **25 de março**—O Tratado de Roma instituiu a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euratom), alargando o âmbito do primeiro tratado para um mercado comum que abrange toda uma série de bens e serviços, englobando os setores da agricultura, comércio e indústria.

1958 **1 de janeiro**—Entrada em vigor (e funcionamento) dos tratados da Comunidade Económica Europeia (CEE) e da Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euratom).

1959 **31 de julho**—Candidatura da Turquia à associação com a CEE.

1960 **4 de janeiro**—Por iniciativa do Reino Unido, a Convenção de Estocolmo cria a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), que reúne vários países europeus que não fazem parte da CEE.



1962 **5 fevereiro** – Adoção pelo Conselho do regulamento interno do Fundo Social Europeu (FSE). O Fundo tem por objetivo promover o emprego e a mobilidade geográfica e profissional dos trabalhadores na Comunidade.

30 de julho – Lançamento da política agrícola comum (PAC), que confere aos Estados-Membros o controlo comum da produção alimentar.

1963 **20 de julho** – É assinado em Yaoundé um acordo de associação entre a CEE e 18 países africanos.

1965 **8 de abril** – É assinado o Tratado de fusão dos executivos das três Comunidades (CECA, CEE e Euratom) e que cria um Conselho e uma Comissão únicos. Este tratado entra em vigor em 1 de julho de 1967.

1968 **1 de julho** – Eliminação completa, com 18 meses de avanço sobre o previsto, dos direitos aduaneiros entre os Estados-Membros sobre os produtos industriais. Entra em vigor uma pauta aduaneira comum.

1969 **1 e 2 de dezembro** – Na cimeira de Haia, os dirigentes políticos da CEE decidem dar novo impulso ao processo de integração europeia.

1970 **22 de abril** – É assinado no Luxemburgo um tratado que permite que as Comunidades Europeias sejam progressivamente financiadas por “recursos próprios” e que confere maiores poderes de controlo ao Parlamento Europeu.

8 de outubro – Apresentação do Relatório Werner, a primeira proposta de um projeto de união monetária.

1973 **1 de janeiro** – A Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido aderem às Comunidades Europeias, que passam a ter nove Estados-Membros. A Noruega fica de fora, na sequência de um referendo.

1974 **9 e 10 de dezembro** – Na cimeira de Paris, os líderes políticos dos Nove decidem reunir-se regularmente em Conselho Europeu três vezes por ano. Dão igualmente luz verde às eleições diretas para o Parlamento Europeu e acordam na criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

1975 **28 de fevereiro** – É assinada em Lomé uma convenção (Lomé I) entre a CEE e 46 Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP).

22 de julho – É assinado um tratado que reforça os poderes orçamentais do Parlamento Europeu e cria o Tribunal de Contas Europeu. Este tratado entra em vigor em 1 de junho de 1977.



1979 13 de março – Entrada em vigor do Sistema Monetário Europeu (SME), assente numa unidade monetária europeia (ecu).

7 a 10 de junho – Primeiras eleições diretas dos então 410 deputados do Parlamento Europeu.

1981 1 de janeiro – Entrada da Grécia nas Comunidades Europeias, que passam a contar com 10 Estados-Membros.

1984 14 e 17 de junho – Segundas eleições diretas para o Parlamento Europeu.

1985 7 de janeiro – Jacques Delors assume a presidência da Comissão (1985–1995).

14 de junho – É assinado o Acordo de Schengen, cuja finalidade é suprimir os controlos nas fronteiras entre os Estados-Membros das Comunidades Europeias.



1986 1 de janeiro – Espanha e Portugal aderem às Comunidades Europeias, que passam a contar com 12 Estados-Membros.

17 e 28 de fevereiro – É assinado no Luxemburgo e em Haia o Ato Único Europeu, que entra em vigor em 1 de julho de 1987.



- 1989** 12 de abril – Apresentação pelo Comitê Delors do relatório sobre a União Económica e Monetária (UEM).
- 15 e 18 de junho – Terceiras eleições diretas para o Parlamento Europeu.
- 9 de novembro – Queda do muro de Berlim.
- 1990** 3 de outubro – Unificação da Alemanha.
- 1991** 9 e 10 de dezembro – O Conselho Europeu de Maastricht adota o Tratado da União Europeia. O Tratado estabelece as bases para uma política externa e de segurança comum, uma cooperação mais estreita nos domínios da justiça e dos assuntos internos e a criação de uma união económica e monetária, incluindo uma moeda única.



- 1992** 7 de fevereiro – É assinado em Maastricht o Tratado da União Europeia, que entra em vigor em 1 de novembro de 1993.
- 1993** 1 de janeiro – É criado o mercado interno.
- 1994** 9 e 12 de junho – Quartas eleições diretas para o Parlamento Europeu.
- 1995** 1 de janeiro – A Áustria, a Finlândia e a Suécia juntam-se à União Europeia, que passa a ter 15 Estados-Membros. A Noruega fica novamente de fora, na sequência de um referendo.
- 23 de janeiro – Entra em funções uma nova Comissão Europeia (1995–1999), presidida por Jacques Santer.
- 27 a 28 de novembro – A Conferência Euromediterrânica de Barcelona cria uma parceria entre a União Europeia e os países do Sul do Mediterrâneo.
- 1997** 2 de outubro – É assinado o Tratado de Amesterdão, que entra em vigor em 1 de maio de 1999.
- 1998** 1 de junho – Liquidação do Instituto Monetário Europeu (IME) e estabelecimento do Banco Central Europeu em Frankfurt am Main.

1999 **1 de janeiro** – União Económica Monetária liberaliza a circulação de capitais na UE, cria um conjunto de regras para a convergência económica e monetária, cria fundos estruturais para corrigir desequilíbrios entre regiões europeias. O Banco Central Europeu passa a ser responsável pela política monetária.

10 e 13 de junho – Quintas eleições diretas para o Parlamento Europeu.

15 de setembro – Entra em funções uma nova Comissão Europeia (1999–2004), presidida por Romano Prodi.

15 a 16 de outubro – O Conselho Europeu de Tampere decide tornar a União Europeia num espaço de liberdade, de segurança e de justiça.

2000 **7 e 8 de dezembro** – Em Nice, o Conselho Europeu chega a acordo sobre o texto de um novo tratado, que reforma o sistema decisório da União Europeia na perspetiva do alargamento. Os presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho Europeu e da Comissão Europeia proclamam solenemente a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.



2001 **26 de fevereiro** – Assinatura do Tratado de Nice, que entra em vigor em 1 de fevereiro de 2003.

14 e 15 de dezembro – O Conselho Europeu de Laeken adota uma declaração sobre o futuro da União, que abre caminho para a próxima grande reforma da União Europeia e convoca uma Convenção (presidida por Valéry Giscard d'Estaing) para preparar uma Constituição Europeia.

2002 **1 de janeiro** – Entrada em circulação das notas e moedas de euros nos 12 Estados-Membros da área do euro.



2004 1 de maio – Chipre, a República Checa, a Estónia, a Hungria, a Letónia, a Lituânia, Malta, a Polónia, a Eslováquia e a Eslovénia aderem à União Europeia.

10 e 13 de junho – Sextas eleições diretas para o Parlamento Europeu.

29 de outubro – A Constituição Europeia é assinada em Roma pelos 25 chefes de Estado e de Governo.

22 de novembro – Entra em funções uma nova Comissão Europeia presidida por José Manuel Barroso.

2005 29 de maio e 1 de junho – Rejeição da Constituição por referendo em França e, três dias depois, nos Países Baixos.

3 de outubro – Abertura das negociações de adesão com a Turquia e a Croácia.



2007 1 de janeiro – A Bulgária e a Roménia aderem à União Europeia, que passa a ter 27 Estados-Membros. A Eslovénia torna-se o 13.º país a adotar o euro.

13 de dezembro – Assinatura do Tratado de Lisboa.



2008 1 de janeiro – Chipre e Malta tornam-se os 14.º e 15.º países a adotar o euro.

2009 1 de janeiro – A Eslováquia adota o euro, elevando para 16 os Estados-Membros da zona Euro.

4 a 7 de junho – Sétimas eleições diretas para o Parlamento Europeu.

1 de dezembro – O Tratado de Lisboa entra em vigor. Herman Van Rompuy torna-se o presidente do Conselho Europeu. Catherine Ashton é nomeada alto-representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

O Tratado de Lisboa

A 1 de dezembro de 2009 entrou em vigor o Tratado de Lisboa, assinado em 2007, instituindo a nova ordem de relacionamento e dos processos de decisão entre as instituições da União Europeia. O belga Herman Von Rumpuy torna-se o primeiro presidente do Conselho Europeu e a britânica Catherine Ashton é nomeada Alto-Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. O Parlamento adquiriu mais poderes legislativos e maior controlo orçamental. O processo de codecisão tornou-se o procedimento legislativo ordinário para a adoção de leis europeias e foi alargado a quase todas as áreas de competência.

2010 9 de fevereiro – O Parlamento Europeu aprova a nova Comissão Europeia e José Manuel Barroso é indigitado pela segunda vez como seu presidente.

2011 1 de janeiro – A Estónia torna-se o 17.º país a adotar o euro.

2013 1 de julho – Croácia torna-se o 28º Estado-Membro da União Europeia.

2014 1 de janeiro – Letónia é o décimo oitavo Estado-Membro a adotar o euro.

25 de maio – Eleições para o Parlamento Europeu, nos 28 Estados-Membros da UE.

1 de novembro – Jean-Claude Juncker toma posse como presidente da nova Comissão Europeia. A italiana Federica Mogherini passa a ser a Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, assumindo também o cargo de vice-presidente da Comissão Europeia.

1 de dezembro – O ex-primeiro ministro polaco Donald Tusk toma posse como novo presidente do Conselho Europeu.

2015 1 de janeiro – Lituânia passa a ter o euro como moeda oficial e amplia a Zona Euro para 19 Estados-Membros.

Os símbolos da UE

A União Europeia é identificada por uma série de símbolos.

A bandeira europeia

É constituída por doze estrelas douradas dispostas em círculo sobre um fundo azul, que simbolizam os ideais de unidade, solidariedade e harmonia entre os povos da Europa. O círculo representa a unidade. O número de estrelas não está relacionado com o número de países da UE.

O hino europeu

A melodia utilizada como hino europeu é extraída da Nona Sinfonia de Ludwig Van Beethoven, composta em 1823 – o Hino da Alegria, que evoca o ideal da fraternidade.

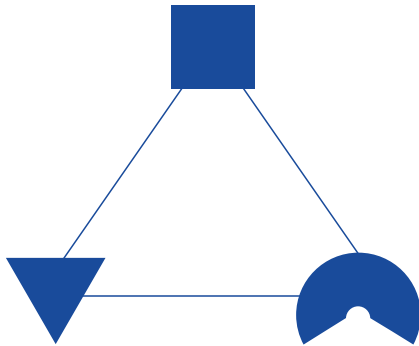
O Dia da Europa

As ideias que estão na base da UE foram, pela primeira vez, formuladas em 9 de maio de 1950 pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Robert Schuman. É por esta razão que este dia é comemorado anualmente como o Dia da Europa.

Unidos na Diversidade

A União Europeia tem como lema a expressão “Unidos na Diversidade”, que evoca a forma como os europeus se uniram e formaram a UE para trabalhar em conjunto pela paz e prosperidade, embora mantendo a diversidade de culturas, tradições e línguas dos seus diferentes povos.

Instituições da UE



Comissão Europeia

- » Órgão executivo responsável por propor a legislação europeia
- » Assume o poder executivo das políticas da UE
- » Monitoriza o respeito pelos Tratados
- » Responsável pela gestão dos fundos e concretização das políticas europeias



Conselho da União Europeia

- » Formado pelos ministros dos governos dos Estados-Membros.
- » Partilha o poder orçamental e o poder legislativo com o Parlamento Europeu
- » Coordena as políticas económicas gerais dos Estados-Membros
- » Celebra acordos internacionais entre a UE e outros Estados ou organizações internacionais



Parlamento Europeu

- » Exerce um controlo político e de fiscalização sobre o conjunto das instituições europeias
- » Assume papel ativo na definição e elaboração das propostas legislativas apresentadas pela Comissão
- » Partilha o poder de decisão sobre a programação orçamental e o poder legislativo com o Conselho da União Europeia
- » Desempenha um papel fundamental na aprovação da constituição da Comissão Europeia e na eleição do seu presidente



Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu é a **única instituição** da União Europeia que resulta de **eleições diretas e universais**. Assume, por isso, uma responsabilidade acrescida na **legitimidade democrática** da legislação europeia. Os 751 deputados eleitos nos 28 Estados-Membros avocam o mandato de representação e de defesa dos interesses dos cerca de **500 milhões de cidadãos da União**. Uma missão que assenta no crescente aumento de poderes no processo legislativo europeu e na fiscalização das atividades dos organismos da União Europeia.

O Plenário

O PE tem atualmente 751 deputados, número estipulado de acordo com o Tratado de Lisboa, com um mandato de cinco anos (2014–2019). A representatividade de cada Estado-Membro na composição do Parlamento Europeu é definida em função da população. Os trabalhos do Parlamento Europeu dividem-se entre **três locais distintos: Bruxelas** (Bélgica), **Estrasburgo** (França) e **Luxemburgo**.

Tripartido

A maior parte do trabalho dos deputados e funcionários desenvolve-se em Bruxelas, onde têm lugar as reuniões das comissões para as mais diversas áreas de intervenção.

As reuniões de todos os deputados do Parlamento, conhecidas por sessões plenárias, realizam-se normalmente em Estrasburgo-França, uma semana por mês. Ocasionalmente, ocorrem também mini-plenários (sessões de curta duração, com um a dois dias) em Bruxelas.

No Luxemburgo estão sedeados os serviços administrativos (Secretariado Geral).

24 Línguas

Os debates parlamentares são interpretados em 24 línguas oficiais: alemão, búlgaro, checo, croata, dinamarquês, eslovaco, esloveno, espanhol, estónio, finlandês, francês, grego, húngaro, inglês, italiano, irlandês, letão, lituano, maltês, neerlandês, polaco, português, romeno e sueco. Todos os documentos parlamentares são traduzidos e publicados nas 24 línguas.

Funções **Legislação**

O Parlamento trabalha na elaboração de nova legislação, na maior parte das vezes, em codecisão com o Conselho nas mais diversas áreas e setores de atividade.

Fiscalização

O Parlamento exerce um controlo democrático das outras instituições da UE, especialmente da Comissão. Tem poderes para aprovar ou rejeitar as nomeações dos membros da Comissão, e tem o direito de adotar uma moção de censura a toda a Comissão.

Orçamento

O PE partilha com o Conselho a autoridade sobre o orçamento da UE, o que significa que pode influenciar as despesas da União. No final do processo orçamental, incumbe-lhe adotar ou rejeitar a totalidade do orçamento.

Iniciativa

O Parlamento possui um poder de iniciativa política, podendo solicitar à Comissão que apresente propostas legislativas ao Conselho e aprecia o programa de trabalho anual da Comissão, que define os atos que serão oportunos.



O PE possui 20 comissões permanentes e duas subcomissões:

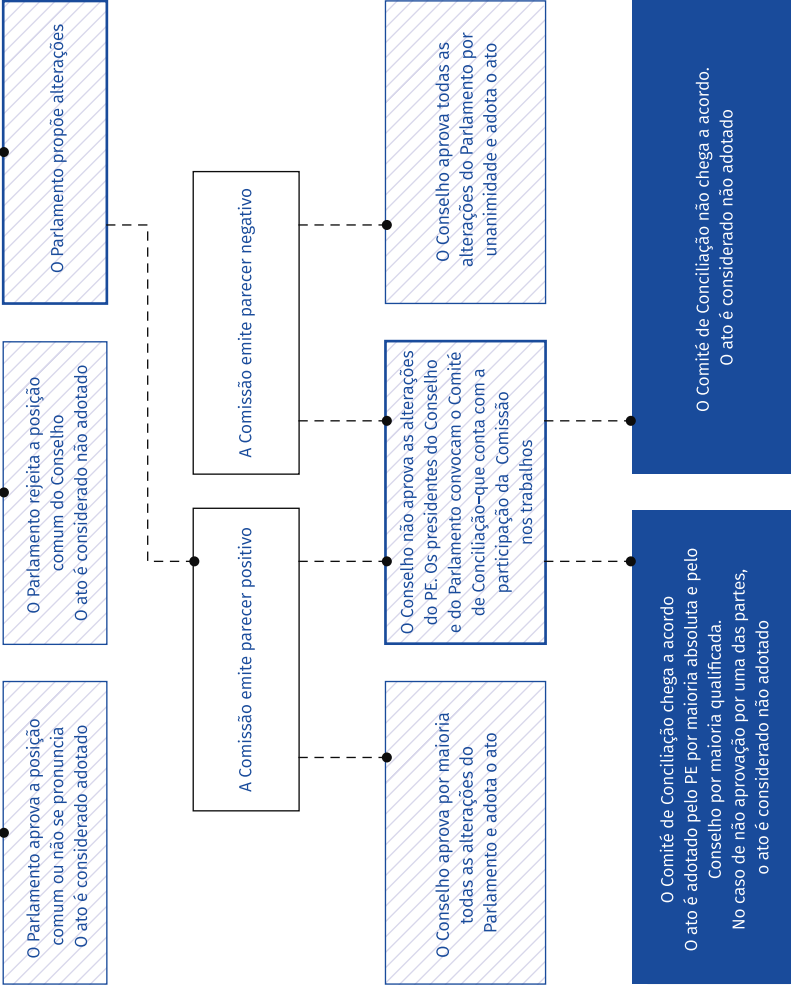
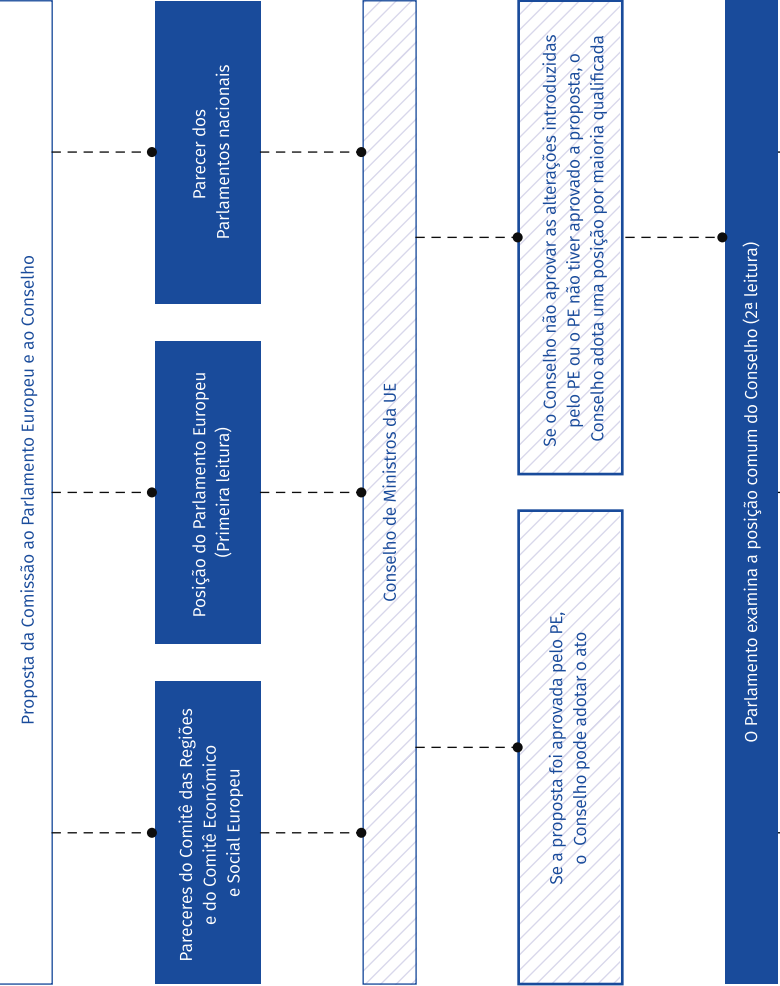
Comissões	» Agricultura e Desenvolvimento Rural (AGRI)
	» Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar (ENVI)
	» Assuntos Constitucionais (AFCO)
	» Assuntos Económicos e Monetários (ECON)
	» Assuntos Externos (AFET)
	– Direitos do Homem (DROI)
	– Segurança e Defesa (SEDE)
	» Assuntos Jurídicos (JURI)
	» Comércio Internacional (INTA)
	» Controlo Orçamental (CONT)
	» Cultura e Educação (CULT)
	» Desenvolvimento (DEVE)
	» Desenvolvimento Regional (REGI)
	» Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros (FEMM)
	» Emprego e Assuntos Sociais (EMPL)
	» Indústria, Investigação e Energia (ITRE)
	» Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE)
	» Mercado Interno e Proteção dos Consumidores (IMCO)
	» Orçamentos (BUDG)
	» Pescas (PECH)
	» Petições (PETI)
	» Transportes e Turismo (TRAN)

Processo legislativo

Titular do monopólio da iniciativa normativa, à Comissão Europeia compete apresentar a proposta de 'texto legislativo', que é sujeita à apreciação do Parlamento Europeu. À comissão parlamentar respetiva cabe apreciar a proposta e redigir um relatório, levando a que depois o Parlamento imponha a sua posição em plenário, podendo aprovar a proposta inicial ou proceder a alterações.

Codecisão

A codecisão impõe-se num processo legislativo comum que confere o **mesmo peso ao Parlamento Europeu e ao Conselho da União Europeia**, num vasto leque de domínios: como transportes, ambiente, proteção dos consumidores, etc. É o que acontece com dois terços das leis europeias. Neste tipo de decisão, após dois processos de avaliação da proposta legislativa sem acordo, é formado um Comité de Conciliação composto por igual número de representantes do Conselho e do Parlamento. Os representantes da Comissão assistem igualmente às reuniões desse Comité e contribuem para a discussão. Logo que o Comité tenha chegado a um acordo, o texto aprovado é então enviado ao Parlamento e ao Conselho para uma terceira leitura. Terá de ser aprovado pelos dois órgãos, em plenários próprios, para ser adotado como texto legislativo.



Petições e comissões de inquérito

Qualquer cidadão, empresa ou organização da União Europeia tem o direito de apresentar, a título individual ou em associação com outros cidadãos ou pessoas, petições ao Parlamento Europeu sobre assuntos compreendidos no âmbito das atividades da UE que os afetem diretamente. As petições devem ser redigidas numa das 24 línguas oficiais da UE e mencionar o nome, a nacionalidade e o domicílio de cada um dos peticionários.

O Parlamento Europeu pode ainda criar uma comissão de inquérito para averiguar alegações de infração ou de má administração na aplicação do direito comunitário cuja responsabilidade recaia, quer sobre uma instituição ou órgão das Comunidades Europeias, quer sobre a administração pública de um Estado-Membro, quer ainda sobre pessoas mandatadas pelo direito comunitário para aplicar esse direito. A comissão temporária de inquérito não pode analisar factos que estejam a ser apreciados no âmbito de um processo pendente num órgão jurisdicional nacional ou comunitário, enquanto esse processo não se encontrar concluído.



O alemão Martin Schulz é o atual presidente do Parlamento Europeu.

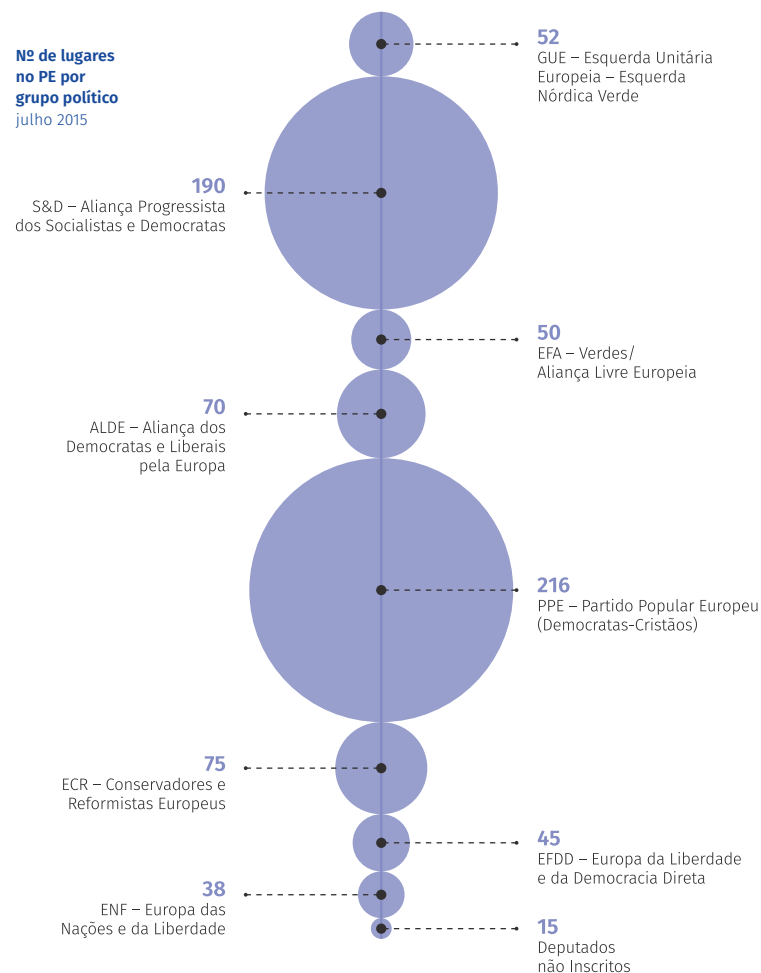
Martin Schulz, o atual presidente do PE e que se candidatou a presidente da Comissão Europeia pelo grupo dos Socialistas e Democratas nas últimas eleições europeias, e Jean-Claude Juncker, que assumiu o cargo de presidente da Comissão Europeia após as eleições europeias como candidato do grupo Partido Popular Europeu.

Plenário do Parlamento

Os eurodeputados não estão organizados em blocos nacionais, mas sim em **grupos políticos europeus**, que representam todas as perspetivas acerca da integração europeia, da mais federalista à mais abertamente eurocética. Atualmente, um pouco mais de um terço dos deputados são mulheres.

Nº de deputados por grupo e país			PPE	S&D	ECR	ALDE	GUE	EFA	EFDD	ENF	NI	TOTAL
	DE	Alemanha	34	27	8	4	8	13	0	0	2	96
	AT	Áustria	5	5	0	1	0	3	0	4	0	18
	BE	Bélgica	4	4	4	6	0	2	0	1	0	21
	BG	Bulgária	7	4	2	4	0	0	0	0	0	17
	CY	Chipre	2	2	0	0	2	0	0	0	0	6
	HR	Croácia	5	2	1	2	0	1	0	0	0	11
	DK	Dinamarca	1	3	4	3	1	1	0	0	0	13
	SK	Eslováquia	6	4	3	0	0	0	0	0	0	13
	SI	Eslovênia	5	1	0	1	0	1	0	0	0	8
	ES	Espanha	17	14	0	8	11	4	0	0	0	54
	EE	Estónia	1	1	0	3	0	1	0	0	0	6
	FI	Finlândia	3	2	2	4	1	1	0	0	0	13
	FR	França	20	13	0	7	4	6	1	20	3	74
	EL	Grécia	5	4	1	0	6	0	0	0	5	21
	HU	Hungria	12	4	0	0	0	2	0	0	3	21
	IE	Irlanda	4	1	1	1	4	0	0	0	0	11
	IT	Itália	15	31	2	0	3	0	17	5	0	73
	LV	Letónia	4	1	1	1	0	1	0	0	0	8
	LT	Lituânia	2	2	1	4	0	1	1	0	0	11
	LU	Luxemburgo	3	1	0	1	0	1	0	0	0	6
	MT	Malta	3	3	0	0	0	0	0	0	0	6
	NL	Países Baixos	5	3	2	7	3	2	0	4	0	26
	PL	Polónia	23	5	19	0	0	0	1	2	1	51
	PT	Portugal	7	8	0	2	4	0	0	0	0	21
	UK	Reino Unido	0	20	21	1	1	6	22	1	1	73
	CZ	Rep. Checa	7	4	2	4	3	0	1	0	0	21
	RO	Romênia	12	15	1	3	0	0	0	1	0	32
	SE	Suécia	4	6	0	3	1	4	2	0	0	20
	Total		216	190	75	70	52	50	45	38	15	751

Nº de lugares
no PE por
grupo político
julho 2015



Os 21 deputados portugueses ao Parlamento Europeu

Grupo do Partido Popular Europeu

Partido Social Democrata

- » Paulo RANGEL
- » Fernando RUAS
- » Sofia RIBEIRO
- » Carlos Coelho
- » Cláudia MONTEIRO DE AGUIAR
- » José Manuel FERNANDES

CDS-Partido Popular

- » Nuno MELO

Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas

Partido Socialista

- » Francisco ASSIS
- » Maria João RODRIGUES
- » Carlos ZORRINHO
- » Elisa FERREIRA
- » Ricardo SERRÃO SANTOS
- » Ana GOMES
- » Pedro SILVA PEREIRA
- » Liliana RODRIGUES

Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde

Partido Comunista Português

- » João FERREIRA
- » Inês Cristina ZUBER
- » Miguel VIEGAS

Bloco de Esquerda

- » Marisa MATIAS

Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa

Partido da Terra

- » Antônio MARINHO E PINTO*
- » José Inácio FARIA

*Eleito pelo Partido da Terra e agora membro do Partido Democrático Republicano

Conselho Europeu

O Conselho Europeu é composto pelos **Chefes de Estado e de Governo** de cada Estado-Membro da União Europeia, integrando também o seu presidente – eleito por um período de dois anos e meio, renovável uma vez – e pelo presidente da Comissão Europeia. O Conselho Europeu **define a direção política geral da União e as suas prioridades**. As reuniões do Conselho Europeu **são essencialmente cimeiras**. Participa também a Alta-Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

Missão O Conselho Europeu é responsável pela definição das **prioridades políticas gerais**. Tem a missão de resolver determinadas questões que, pela sua complexidade ou sensibilidade, não possam ser resolvidas a um nível inferior da cooperação intergovernamental. Embora fundamental na definição da agenda política da UE, não possui quaisquer poderes legislativos.

Decisões O Conselho Europeu reúne **duas vezes por semestre**, normalmente em Bruxelas. Se necessário, o presidente pode convocar um Conselho especial. O Conselho Europeu decide

por **consenso** e, em algumas matérias, por **maioria qualificada** ou mesmo por **unanimidade**, como acontece em matéria fiscal. Os presidentes do Conselho Europeu e da Comissão e a Alta-Representante da UE para os Negócios Estrangeiros não têm direito de voto.

O Conselho Europeu teve **início informalmente em 1974** enquanto espaço de debate para os dirigentes da UE. Rapidamente se transformou no órgão que estabelece os objetivos gerais e as prioridades para a União Europeia. Tendo adquirido um estatuto formal em 1992, tornou-se uma das sete instituições oficiais da UE com o Tratado de Lisboa.

Origens

O atual presidente do Conselho Europeu é Donald Tusk, ex-primeiro-ministro polaco. Foi eleito em 30 de agosto de 2014, por unanimidade, pelos Chefes de Estado e de Governo da UE. Tomou posse a 1 de dezembro e sucedeu no cargo ao belga Herman Van Rompuy, que foi o primeiro presidente da instituição, entre 2009 e 2014. **O mandato presidencial é de dois anos e meio, e pode ser renovado uma vez.**

Presidente

Nos termos do tratado de Funcionamento da UE, o **presidente do Conselho Europeu tem como funções:**

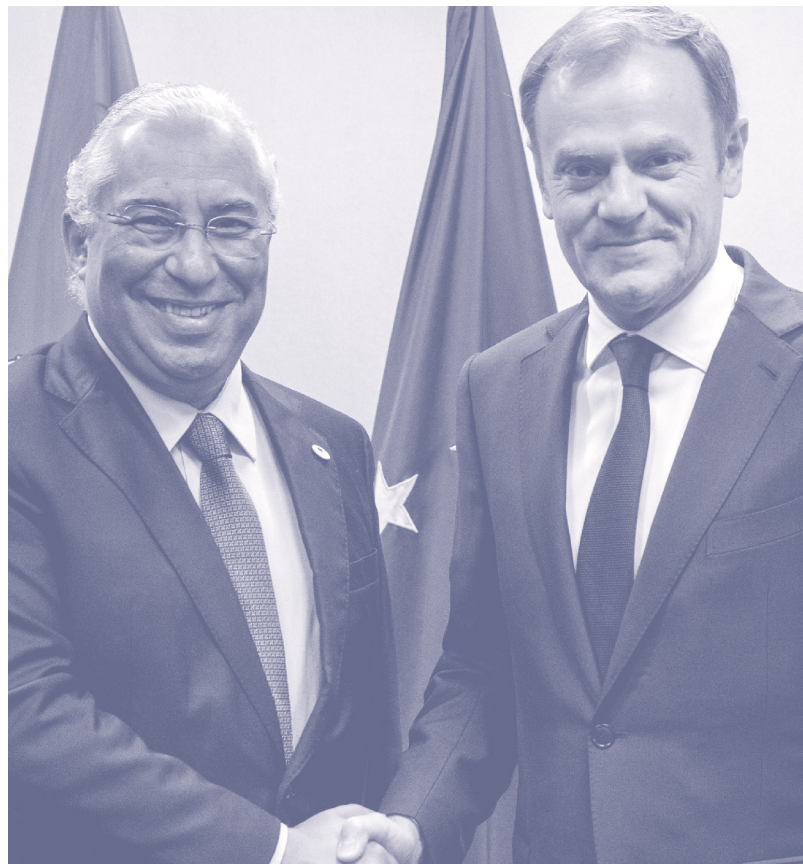
- » **Presidir às reuniões** e dinamizar os trabalhos do Conselho Europeu;
- » **Assegurar a preparação e continuidade dos trabalhos do Conselho Europeu**, em cooperação com o presidente da Comissão e com base nos trabalhos do Conselho dos Assuntos Gerais;
- » **Facilitar a coesão e o consenso** no âmbito do Conselho Europeu;
- » **Apresentar um relatório** ao Parlamento Europeu após cada uma das reuniões do Conselho Europeu.
- » **Assegurar a representação externa da União** nas matérias do âmbito da política externa e de segurança comum, sem prejuízo das atribuições da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.



Donald Tusk (à esquerda)
com o seu antecessor,
Herman Van Rompuy



O ex-primeiro-ministro de Portugal, Pedro Passos Coelho, com o presidente do Chipre, Nicos Anastasiades, e a chanceler alemã, Angela Merkel



O primeiro-ministro português, António Costa, com Donald Tusk, no Conselho Europeu em Bruxelas, em 17/12/2015



A britânica Catherine Ashton (à direita na foto) com a sucessora no cargo de Alta Representante da UE



Edifício Justus Lipsius – sede do Conselho da União Europeia e onde habitualmente têm lugar as cimeiras dos líderes europeus

Conselho da União Europeia

O Conselho da União Europeia, também regularmente designado por Conselho, representa os Estados-Membros e é o principal órgão de tomada de decisões da UE. É a instituição onde os ministros dos governos nacionais de todos os Estados-Membros da UE se reúnem para adotar leis e coordenar políticas. Decide sob proposta da Comissão Europeia e em associação com o Parlamento Europeu, quer mediante um procedimento de consulta, de aprovação ou de codecisão.

O Conselho é uma entidade jurídica única, mas reúne-se em 10 “formações” diferentes, consoante o assunto a tratar. Nas reuniões do Conselho participa um ministro do governo nacional de cada Estado-Membro, consoante o tema a tratar:

Composição

1. Assuntos Gerais;
2. Negócios Estrangeiros;
3. Questões Económicas e Financeiras (Ecofin);
4. Justiça e Assuntos Internos (JAI);
5. Ambiente;
6. Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores;
7. Competitividade (Mercado Interno, Indústria, Investigação e Espaço);
8. Transportes, Telecomunicações e Energia;
9. Agricultura e Pescas;
10. Educação, Juventude, Cultura e Desporto.

Nas reuniões participam também os comissários europeus responsáveis pelos domínios em causa.

A Presidência do Conselho da União Europeia é assegurada alternadamente por cada Estado-Membro, por um período de seis meses. Em 2015, o primeiro semestre decorre sob presidência da Letónia. O segundo semestre compete ao Luxemburgo. Até 2020, as presidências serão assumidas por: Países Baixos e Eslováquia (2016), Malta e Reino Unido (2017), Estónia e Bulgária (2018), Áustria e Roménia (2019). Os Estados-Membros que exercem a presidência cooperam

Presidência

estritamente entre si, constituindo grupos de três, chamados “trios”, constituídos pelo atual titular e pelos sucessores previstos para os dois semestres seguintes.

A Presidência do Conselho desempenha um papel essencial na organização dos trabalhos da instituição, especialmente ao impulsionar as decisões legislativas e políticas, promovendo compromissos. Através do responsável ministerial do governo que assume a presidência rotativa – seja secretário de Estado ou ministro que tutela o assunto em discussão –, preside às reuniões a todos os níveis: Conselho, Comité de Representantes Permanentes (Coreper) e grupos de trabalho.

Reuniões **O Conselho tem a sua sede em Bruxelas, onde se reúne várias vezes por mês.** Em abril, junho e outubro as reuniões têm lugar no Luxemburgo. As decisões do Conselho são preparadas por uma estrutura de grupos de trabalho e de comitês (mais de 150), constituídos por delegados dos Estados-Membros, cabendo-lhes resolver questões técnicas e transmitir o dossiê ao Comité de Representantes Permanentes (Coreper), constituído pelos embaixadores dos Estados-Membros junto da União Europeia, o qual assegura a coerência dos trabalhos e resolve as questões técnico-políticas antes de transmitir o dossiê ao Conselho.

Votação Depois da proposta legislativa ser avaliada pelo respetivo grupo de trabalho técnico e pelo Coreper, a proposta legislativa vai a votação em Conselho – a posição final do Conselho não pode ser adotada enquanto o Parlamento não tiver

dado o seu parecer. O Conselho pode votar um ato legislativo apenas se estiver presente a maioria dos seus membros e oito semanas após a proposta ter sido enviada aos parlamentos nacionais, para aí ser examinada e apreciar o respeito pelo princípio da subsidiariedade. A votação só pode ter lugar mais cedo em casos especiais urgentes.

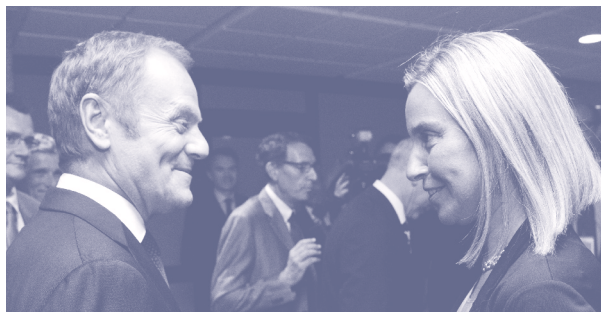
O Conselho decide por **votação dos ministros dos Estados-Membros**, podendo as decisões serem tomadas por **maioria simples, maioria qualificada ou unanimidade** (para os domínios da política externa, da defesa, da cooperação judiciária e policial e da fiscalidade).

Obtém-se a maioria simples quando, pelo menos, 15 membros do Conselho votam a favor. Já no que toca à maioria qualificada – o método de votação mais utilizado no Conselho e que é também conhecido como a regra da “**dupla maioria**” –, o novo sistema de votação em vigor desde novembro de 2014 introduziu alterações, impondo que estejam reunidas duas condições: 55% dos Estados-Membros votam a favor (o que corresponde, na prática, a 16 dos 28 estados); e a proposta é apoiada por Estados-Membros que representam, no mínimo, 65% da população total da UE. Neste processo, a abstenção (que não é equiparada à não participação na votação) conta como voto contra.

A aplicação desta nova regra tem, no entanto, um período de transição que, até 2017, permite aos Estados-Membros pedir que se aplique a regra antiga nas votações da maioria qualificada, em que é usada uma contabilidade assente no número de votos a que cada membro tem direito, em função da população. Nesse caso, a maioria qualificada exige um mínimo de 260 votos (do total de 352) de pelo menos 15

Estados-Membros. Neste caso, **a distribuição de votos é a seguinte:** Alemanha, França, Itália e Reino Unido (29 votos cada); Espanha e Polónia (27); Roménia (14); Países Baixos (13); Bélgica, Grécia, Hungria, Portugal e República Checa (12); Áustria, Bulgária, Suécia (10 votos); Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Finlândia, Irlanda e Lituânia (7); Chipre, Eslovénia, Estónia, Letónia e Luxemburgo (4); e Malta (3 votos).

Cerca de 80% de toda a legislação da UE é adotada por maioria qualificada do Conselho, designadamente quando toma decisões no decurso do processo legislativo ordinário, também conhecido por codecisão. Este método abre igualmente espaço à chamada **“minoria de bloqueio”**, que é criada quando, pelo menos, quatro membros do Conselho que representem mais de 35% da população da UE tomam uma contraposição conjunta.



O polaco Donald Tusk e a italiana Federica Mogherini, o presidente do Conselho Europeu e a alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

Alta Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

O Conselho Europeu nomeou a italiana Federica Mogherini para o cargo de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. É a segunda mulher no cargo, criado em 2009 e que teve como primeira tutelar a sua antecessora, a britânica Catherine Ashton. **Compete-lhe presidir às reuniões do Conselho dos Negócios Estrangeiros e conduzir a política externa e de segurança comum da União.** É cumulativamente vice-presidente da Comissão Europeia. Criado pelo Tratado de Lisboa, este cargo visa assegurar uma intervenção comum da UE na cena internacional. A Alta Representante é assistida pelo Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE).

Conselho da União Europeia não deve ser confundido com:

Conselho Europeu

Outra instituição da União Europeia, composta pelos chefes de estado e de governo dos Estados-Membros, que se reúnem cerca de quatro vezes por ano para debater as prioridades políticas da UE.

Conselho da Europa

Não é um organismo da UE, mas antes uma organização internacional que integra 47 países europeus (incluindo os 28 Estados-Membros da UE). Fundada a 5 de maio de 1949, é a mais antiga instituição europeia em funcionamento. A sede do Conselho da Europa é em Estrasburgo (França) e tem como secretário-geral o norueguês Thorbjørn Jagland. Tem como objetivo a defesa dos direitos humanos, o desenvolvimento democrático e a estabilidade político-social na Europa. É lá que funcionam a Convenção Europeia dos Direitos Humanos e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

Comissão Europeia

Independente dos governos nacionais, a Comissão Europeia foi criada para representar o **interesse comum europeu e de todos os Estados-Membros no seu conjunto**. Após dez anos sob presidência do português **José Manuel Durão Barroso**, é atualmente presidida pelo luxemburguês **Jean-Claude Juncker**. Além do presidente, a Comissão tem mais 27 comissários – um por cada Estado-Membro –, com um mandato de cinco anos que coincide com o ano das eleições para o Parlamento Europeu.

A Comissão Europeia tem o **poder de iniciativa legislativa**. Elabora propostas de “textos legislativos” por iniciativa própria ou a pedido de outras instituições ou Estados-Membros da UE, ou ainda na sequência de uma iniciativa de cidadania, frequentemente após consultas públicas. A proposta definitiva é apresentada **ao Parlamento Europeu e ao Conselho**, a quem cabe o poder de **codecisão**. Simultaneamente, a proposta é ainda transmitida aos parlamentos nacionais e, em alguns casos, ao Comité das Regiões e ao Comité Económico e Social, a fim de poderem emitir pareceres. A Comissão é o braço executivo da UE, responsável por aplicar as políticas, executar os programas e utilizar os fundos. Responde

politicamente perante o Parlamento e participa em todas as sessões do PE, durante as quais tem de explicar e justificar as políticas que segue.

Responde também regularmente às questões orais e escritas que lhe são endereçadas pelos eurodeputados.

Presidente

No prazo de seis meses após as eleições para o Parlamento Europeu, é nomeada uma nova Comissão. Nos termos do Tratado de Lisboa, a escolha do Presidente da Comissão pelo Conselho deve ter em conta os resultados das eleições europeias. O Conselho Europeu propõe ao Parlamento Europeu um candidato, que terá de recolher a maioria dos votos do Plenário. Se assim não for, o Conselho deve propor um novo candidato, no prazo de um mês.

Nomeação do presidente

Comissários

O presidente designado da Comissão escolhe os comissários a partir das listas de candidatos apresentadas pelos Estados-Membros. A proposta de composição do Colégio é então adotada pelo Conselho por maioria qualificada e é depois submetida à aprovação do Parlamento Europeu.

Escolha de comissários

O PE assegura o controlo democrático da Comissão, que apresenta regularmente relatórios ao Parlamento, incluindo

um relatório anual sobre as atividades da UE e sobre a execução do orçamento. Anualmente, o presidente da Comissão profere o seu discurso sobre o Estado da União perante o plenário. A Comissão tem ainda de responder às perguntas orais e escritas dos deputados. O PE pode apresentar uma moção de censura à Comissão e, em última instância, destituí-la. Até à data, nenhuma das oito moções de censura apresentadas ao plenário foi aprovada.

Organização A Comissão Europeia está dividida em cerca de 40 direções-gerais (DG) e serviços que, por sua vez, estão divididos em direções e estas em unidades. São cerca de 25 mil funcionários. A Comissão gere também a grande maioria das agências executivas.

Reforço e legitimidade Nas eleições de 25 de Maio de 2014 para o Parlamento Europeu, os partidos políticos europeus apresentaram candidatos para a presidência da Comissão Europeia. O Partido Popular Europeu apresentou Jean Claude Juncker e ganhou as eleições europeias. O Conselho propôs Jean Claude Juncker e o Parlamento Europeu aprovou-o por maioria. Temos assim, pela primeira vez, **um presidente da Comissão que se apresentou aos eleitores, o que se traduz numa legitimidade reforçada.**



Jean-Claude
Juncker
–
Luxemburgo
Presidente

Membros



Federica Mogherini
Itália

Vice-presidente
Alta Representante da União



Frans Timmermans
Países Baixos

Primeiro vice-presidente
Legislação e Relações
Interinstitucionais



Kristalina Georgieva
Bulgária

Vice-presidente
Orçamento e
Recursos Humanos



Elżbieta Bieńkowska
Polónia

Vice-presidente
Mercado Interno
e Indústria



Věra Jourová
Rep. Checa

Justiça e Consumidores



Tibor Navrácsics
Hungria

Educação e Cultura



Günther Oettinger
Alemanha

Economia e
Sociedade Digitais



Johannes Hahn
Áustria

Vizinhança e
Alargamento



Cecilia Malmström
Suécia

Comércio



Andrus Ansip
Estónia

Vice-presidente
Mercado Único Digital



Maroš Šefčovič
Eslováquia

Vice-presidente
União Energética



Valdis Dombrovskis
Letónia

Vice-presidente
Euro e Diálogo Social



Dimitris Avramopoulos
Grécia

Migração e Cidadania



Marianne Thyssen
Bélgica

Assuntos Sociais
e Mobilidade



Pierre Moscovici
França

Economia e Finanças



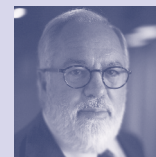
Jyrki Katainen
Finlândia

Vice-presidente
Emprego e Crescimento



Neven Mimica
Croácia

Cooperação
Internacional



Miguel Arias Cañete
Espanha

Clima e Energia



Karmenu Vella
Malta
Ambiente e Pesca



Vytenis Andriukaitis
Lituânia
Saúde e Segurança Alimentar



Christos Stylianides
Chipre
Ajuda Humanitária e Gestão de Crises



Phil Hogan
Irlanda
Agricultura e Desenvolvimento Rural



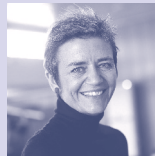
Jonathan Hill
Reino Unido
Mercados Financeiros



Violeta Bulc
Eslovénia
Transportes



Corina Crețu
Roménia
Política Regional



Margrethe Vestager
Dinamarca
Concorrência



Carlos Moedas
Portugal
Investigação e Inovação

Outras instituições e organismos

Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE)

Dispõe de um juiz de cada Estado-Membro. Tem por funções velar para que a legislação da UE seja interpretada e aplicada da mesma forma em todos os países da UE; e garantir que as instituições e os países da UE respeitam a legislação da UE.

Tribunal de Contas Europeu (TCE)

É presidido pelo português Vítor Manuel da Silva Caldeira. Integra um membro de cada Estado-Membro. Foi instituído em 1977 e está sediado em Luxemburgo. Tem a missão de controlar a cobrança e a utilização dos fundos e ajudar a melhorar a gestão financeira da UE.

Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE)

É dirigido pela Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Federica Mogherini, e dispõe de serviços de pessoal qualificado e rede de delegações em todo o mundo. Assume a gestão das relações diplomáticas com os países não pertencentes à UE e a condução da política externa e de segurança europeia.

Provedor de Justiça Europeu

Age em resposta a queixas apresentadas por cidadãos, empresas ou outras entidades, contra instituições, órgãos, serviços e agências da UE. Tem por missão ajudar a desvendar casos de má administração, incumprimento da lei e desrespeito dos princípios europeus. Com mandato de 5 anos e eleito pelo Parlamento Europeu, o cargo é atualmente ocupado pela irlandesa Emily O'Reilly. Está sediado em Estrasburgo.

Autoridade Europeia para a Proteção de Dados (AEPD)

Criada em 2001, tem por missão garantir que todas as instituições e órgãos da UE respeitam o direito à privacidade dos cidadãos quando processam os seus dados pessoais.

Órgãos Financeiros

Banco Central Europeu (BCE)

É presidido por Mario Draghi e composto pelos governadores dos bancos centrais de todos os países da UE. Criado em 1998, está sediado em Frankfurt (Alemanha). Visa gerir o euro, manter a estabilidade dos preços e conduzir a política económica e monetária da UE, de forma a apoiar o crescimento económico e a criação de emprego.

Banco Europeu de Investimento (BEI)

Presidido por Werner Hoyer, está sediado no Luxemburgo. É composto por um representante de cada Estado-Membro, mais um da Comissão Europeia. Todos os estados-Membros são acionistas. Visa melhorar o potencial da Europa em termos de emprego e crescimento. Levanta dinheiro nos mercados de capitais e empresta-o em condições favoráveis a projetos que apoiem os objetivos da UE. Nenhum do dinheiro emprestado pelo BEI provém do orçamento da UE.

Fundo Europeu de Investimento

Foi criado em 1994 para prestar apoio às pequenas empresas, particularmente na fase de arranque e no domínio tecnológico. Mas não concede empréstimos ou subsídios, nem

realiza investimentos diretos em empresas. Financia operações de capital de risco para apoiar empresas. Opera através de bancos e outros intermediários financeiros.

Órgãos Consultivos

Comité das Regiões (CR)

É um órgão consultivo, composto por eleitos das autoridades locais e regionais europeias. É presidido por Markku Markkula. Dá espaço à partilha de opiniões sobre a legislação da UE com impacto direto nas regiões e nas cidades.

Comité Económico e Social Europeu (CESE)

Tem 350 membros, oriundos de todos os Estados-Membros. Presidido por Georgios Dassis, é uma instância consultiva composta por representantes de organizações de trabalhadores e de empregadores e por outros grupos de interesse. Emite pareceres sobre temáticas europeias, fazendo a ponte entre as instâncias de decisão da UE e os cidadãos.

Órgãos interinstitucionais

Equipa de resposta a emergências informáticas (CERT)

Compete à equipa CERT (Computer Emergency Response Team) ajudar a gerir as ameaças aos sistemas informáticos das instituições da UE, apoiando as equipas de segurança informática de cada instituição da UE e assegurando a ligação com os seus homólogos do setor público nos países da UE.

Serviço das Publicações Oficiais

Publica informações sobre a UE, assegura a edição das publicações das instituições europeias, publica diariamente o Jornal Oficial da União Europeia (em 24 línguas) e disponibiliza vários serviços online que dão acesso a informações sobre a UE, seja em matéria de legislação (EUR-Lex), contratos públicos ou atividades de investigação e desenvolvimento.

Serviço Europeu de Seleção do Pessoal (EPSO)

Recruta pessoal para as instituições e outros organismos da UE. Tem por missão preparar os concursos e exames destinados a selecionar e a contratar pessoal para todas as instituições da União Europeia.

Escola Europeia de Administração

Tem por missão dar formação em áreas específicas a membros do pessoal da UE. Os cursos estão abertos aos funcionários de todas as instituições comunitárias, contribuindo assim para a divulgação de valores comuns, a promoção de uma melhor compreensão entre funcionários das instituições e a realização de economias de escala.

Agências e Organismos descentralizados da UE

Agências e órgãos de regulamentação

CFCA	Agência Comunitária de Controlo das Pescas
ACER	Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia (em projeto)
EASA	Agência Europeia da Segurança Aérea
EMSA	Agência Europeia da Segurança Marítima
FRONTEX	Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas
EMA	Agência Europeia de Medicamentos
EEA	Agência Europeia do Ambiente
FRA	Agência Europeia dos Direitos Fundamentais
ECHA	Agência Europeia dos Produtos Químicos
ENISA	Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação
EU-OSHA	Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho
ERA	Agência Ferroviária Europeia
EFSA	Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos

GSA	Autoridade Europeia Supervisora do GNSS-Sistema Global de Navegação por Satélite Europeu
Cdt	Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia
ECDC	Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças
Cedefop	Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional
ETF	Fundação Europeia para a Formação
EUROFOUND	Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho
EASO	Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (em projeto)
CPVO	Instituto Comunitário das Variedades Vegetais
OHIM	Instituto de Harmonização do Mercado Interno (Marcas, Desenhos e Modelos)
EIGE	Instituto Europeu para a Igualdade de Género
EMCDDA	Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência

Agências de Política Externa e de Segurança Comum

EDA	Agência Europeia de Defesa
EUSC	Centro de Satélites da União Europeia
ISS	Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia

Agências de Cooperação policial e judiciária em matéria penal

CEPOL	Academia Europeia de Polícia
Europol	Serviço Europeu de Polícia
Eurojust	Unidade Europeia de Cooperação Judiciária

Agências executivas

TEN-T EA	Agência de Execução da Rede Transeuropeia de Transportes
EACI	Agência de Execução para a Competitividade e a Inovação
REA	Agência de Execução para a Investigação
EAHC	Agência de Execução para a Saúde e os Consumidores
CEI	Agência Executiva do Conselho Europeu de Investigação
EACEA	Agência Executiva para a Educação, o Setor Audiovisual e a Cultura

Agências e organismos da EURATOM

ESA	Agência de Aprovisionamento da EURATOM
Fusion for Energy	Empresa Comum Europeia para o ITER e o Desenvolvimento da Energia de Fusão

Órgãos de supervisão do setor financeiro

EBA	Autoridade Bancária Europeia
ESMA	Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados
EIOPA	Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões de Reforma
CERS	Conselho Europeu do Risco Sistémico

Trabalhar ou estagiar num organismo da União Europeia

As instituições europeias dispõem de um conjunto variado de vagas para trabalhar nas mais diversas áreas e com os mais diferentes níveis de qualificação e competências. Organizam também uma grande variedade de estágios para estudantes e diplomados universitários, com uma duração variada e em muitos locais diferentes. São uma oportunidade de adquirir uma experiência direta de trabalho nas instituições e das atividades da UE em geral.

Links: www.trabalharnauniao europeia.eu / <http://europa.eu/about-eu/working-eu-institutions/traineeships>

Anos Europeus

A União Europeia escolhe todos os anos um tema de ação destinado a sensibilizar o cidadão europeu e a chamar a atenção dos governos nacionais para essa questão. Estes temas, durante um ano, estão no centro das preocupações das instituições europeias e dos Estados-Membros. Cada Ano Europeu é, assim, objeto de uma campanha de sensibilização a nível europeu e a nível nacional. Instituídos desde 1983, os Anos Europeus surgem como instrumento para aproximar os cidadãos à então Comunidade Europeia.

Lista dos Anos Europeus

2015	Ano Europeu do Desenvolvimento
2013–2014	Ano Europeu dos Cidadãos
2012	Ano Europeu do Envelhecimento Ativo
2011	Ano Europeu do Voluntariado
2010	Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social
2009	Ano Europeu da Criatividade e da Inovação
2008	Ano Europeu do Diálogo Intercultural
2007	Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos
2006	Ano Europeu da Mobilidade dos Trabalhadores
2005	Ano Europeu da Cidadania pela Educação
2004	Ano Europeu da Educação pelo Desporto
2003	Ano Europeu das Pessoas com Deficiência
2001	Ano Europeu das Línguas

1999	Ano Europeu de Combate à Violência contra as Mulheres
1998	Ano Europeu da Democracia Local e Regional
1997	Ano Europeu contra o Racismo e a Xenofobia
1996	Ano Europeu da Educação e da Formação ao Longo da Vida
1995	Ano Europeu da Segurança Rodoviária e dos Jovens Condutores
1994	Ano Europeu da Alimentação e Saúde
1993	Ano Europeu dos Idosos e da Solidariedade entre Gerações
1992	Ano Europeu da Segurança, Higiene e Saúde no Local de Trabalho
1990	Ano Europeu do Turismo
1989	Ano Europeu da Informação sobre o Cancro
1988	Ano Europeu do Cinema e da Televisão
1987	Ano Europeu do Ambiente
1986	Ano Europeu da Segurança Rodoviária
1985	Ano Europeu da Música
1984	Ano Europeu da Europa dos Cidadãos
1983	Ano Europeu das PME e do Artesanato

União Europeia: um desafio em construção

Apesar dos encontrões e das hesitações entre um projeto europeu mais federalista ou mais intergovernamental, um longo caminho foi percorrido, desde a conceção de uma comunidade monetária até se alcançar uma União Europeia ativa nas políticas sociais e de coesão em todo o seu extenso território. **Mas a lealdade que pressupõe a integração não se impõe, constrói-se.** Não se pode obrigar os cidadãos a sentirem-se europeus.

A Europa tem de estar presente de uma forma natural para que todos possam compreender o valor acrescentado que a União Europeia representa. Por isso, **defendo um projeto europeu sempre em construção no sentido de mais paz e solidariedade, no qual os cidadãos Europeus se revejam, se envolvam e em cuja construção possam participar.**

Uma verdadeira mais-valia

O Projeto Europeu tem tido **sucesso**. São mais de 65 anos de paz e de crescimento económico. O balanço da nossa integração é positivo. A Europa tem proporcionado uma verdadeira **mais-valia** aos cerca de 500 milhões de cidadãos.

Só venceremos os desafios políticos que enfrentamos com **mais Europa, mais coordenação e integração. Só coletivamente podemos relançar a economias; recuperar a competitividade, estimular a produtividade e colocar a UE numa trajetória ascendente de prosperidade.** Subscrevo a UE 2020, que preconiza que as políticas na União Europeia devem ter como prioridade um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, que permita atingir níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social.

Para tal, é necessário o vínculo da UE, mas, em simultâneo, e sobretudo, a adesão e o compromisso dos Estados-Membros. **Todos somos convocados** para este objetivo, pois os resultados só serão alcançados se as tarefas, os recursos e as responsabilidades forem coordenados e concertados a nível europeu, nacional, regional e local da governação.

É que temos de ter consciência que o orçamento da UE, com um valor de cerca de 1% do PIB da UE, corresponde apenas a 2% da totalidade da despesa pública europeia. Mas estes 2% têm um enorme efeito de mobilização e alavanca e têm sido muito importantes para países como Portugal.

É possível e desejável **uma maior partilha, mais sinergias nas políticas e nas despesas europeias e nacionais, podendo-se fazer mais e melhor com menos recursos.**

“A democracia nasceu no dia em que o homem foi chamado a realizar, na sua vida temporal, a dignidade da pessoa humana, na liberdade individual, no respeito pelos direitos de cada um e com a prática do amor fraterno para com todos. Jamais, antes de Cristo, tinham sido formuladas tais ideias.”

Robert Schuman

Os custos da ‘não-Europa’

A ‘não-Europa’ teria custos enormes, colocando mesmo a PAZ, que damos como adquirida, em risco. Mas **as perdas seriam também económicas.**

O máximo valor acrescentado da União Europeia está longe de ser atingido e nesse sentido continuamos a ter elevados custos da “não-Europa”. Com uma maior coordenação das políticas orçamentais, fiscais, de segurança e defesa, o aprofundamento do mercado único digital e da energia, um sistema de garantia de depósitos, uma verdadeira união bancária, entre outras, os ganhos económicos anuais seriam de 12% do PIB da UE, ou seja, **1,6 biliões de euros!**

mercado único para
consumidores e cidadãos
€ 615 mil milhões

mercado único digital
€ 415 mil milhões

mercado de energias integradas
€ 250 mil milhões

conclusão da reforma do
setor dos serviços financeiros
€ 82 mil milhões

TTIP
€ 68 mil milhões

segurança e defesa comum
€ 26 mil milhões

legislação da água
€ 25 mil milhões

área de investigação europeia
€ 22 mil milhões

união bancária para prevenção de uma nova crise
€ 21 mil milhões

esquema comum de seguro de desemprego
€ 17 mil milhões

salário igual para trabalho igual
€ 13 mil milhões

área única de transporte e turismo
€ 11 mil milhões

combate à fraude ao IVA
€ 9 mil milhões

coordenação melhorada das políticas fiscais
€ 7 mil milhões*

combate à violência contra mulheres
€ 7 mil milhões

esquema comum de garantia de depósitos
€ 5 mil milhões

informação e consulta aos trabalhadores
€ 3 mil milhões

coordenação de doadores
€ 0,8 mil milhões

N.1 – União Europeia

Mapa do custo da Não-Europa
Total (por ano):
±1,597 bilhões de euros

Mapa do Custo da Não-Europa

Outras áreas:
Transferência transfronteiriça das sedes sociais
€ 0.04 mil milhões

Codificação do Direito Internacional Privado
€ 0.1 mil milhões

Codificação dos Direitos dos Passageiros
€ 0.355 mil milhões

Mandato de Captura Europeu
€ 0.043 mil milhões

Atividade Voluntária Transfronteiriça
€ 0.065 mil milhões

Por avaliar:
Sociedade Mútua Europeia
Direito Europeu do Procedimento Administrativo

* anualizadas perdas pontuais evitadas em caso de crise

Portugal: Somos Capazes!

Temos a obrigação de deixar um País melhor do que aquele que encontramos, pois, como diz um provérbio, “nós não somos donos deste Mundo, tomámo-lo de herança aos nossos netos!”

De 1986 a 2000, convergimos, e o País, nestes anos, aumentou o seu PIB per capita em 15 pontos face à média da UE.

Incompreensivelmente, depois de 2000, não só divergimos, como recuámos 5 pontos em relação à média da UE.

Esta divergência, verificada sobretudo até 2013, foi grave e preocupante, porque se concretizou neste período o alargamento a Leste (em 2004 com dez países e em 2007 com mais 2), o que fez com que a média do PIB per capita comunitária baixasse.

Nestes últimos anos, apesar dos constrangimentos provocados pelo resgate financeiro a que fomos sujeitos, conseguimos cumprir os compromissos, atingir o equilíbrio das contas públicas e pôr a economia a crescer. Importa não repetir os erros que conduziram ao resgate. **Troika nunca mais!** É neste sentido que devemos prosseguir e melhorar os índices de crescimento e desenvolvimento, até porque dispomos

de grandes recursos financeiros: **até 2020, em média, recebemos da União Europeia mais de 11 milhões de euros por dia!**

É importante que Portugal faça o seu trabalho de casa e aproveite da melhor forma os recursos disponíveis, para o desenvolvimento sustentável, garantindo coesão social, económica e territorial.

Temos um território com capacidades, uma história e um património valioso de que nos devemos orgulhar.

Excelentes instituições.

Somos um Povo trabalhador e Solidário.

Não podemos ter medo!

Fomos sempre capazes! Em poucos anos, abraçámos a democracia, aderimos à UE, ultrapassámos resgates financeiros, promovemos o desenvolvimento.

Na UE temos uma presença que deve ser cada vez mais ativa. Em vez de perguntarmos o que é que a UE nos vai dar, temos de refletir sobre o que é que devemos dar à UE!

Temos de contribuir para a solução que é: **mais Europa, mais partilha, mais solidariedade, mais integração!**

Apesar de todas as dificuldades e com muitas crises, a UE tem progredido.

Esperamos lideranças nacionais fortes e corajosas, que não governem em função da sondagem e do interesse próprio. Exige-se capacidade de antecipação, que se atue de forma pró-ativa e não reativa. **Estou certo que, assim, cumpriremos a obrigação de deixar, aos nossos filhos, um país ainda melhor do que aquele que encontramos.**

Portugueses nas instituições da UE

Para além dos 21 deputados ao Parlamento Europeu eleitos pelos portugueses (e identificados nas páginas 66-67), a representação de Portugal e o exercício de funções por cidadãos nacionais verificam-se a diferentes níveis nas instituições e organismos da União Europeia.

Chefes do Governo de Portugal no Conselho Europeu:

- » António Costa
30 de novembro de 2015...
- » Pedro Passos Coelho
21 de junho de 2011 a 30 de novembro de 2015
- » José Sócrates
13 de março de 2005 a 21 de junho de 2011

- » Santana Lopes
17 de julho de 2004 a 12 de março de 2005
- » Durão Barroso
6 de abril de 2002 a 17 de julho de 2004
- » António Guterres
28 de outubro de 1995 a 6 de abril de 2002
- » Cavaco Silva
6 de novembro de 1985 a 28 de outubro de 1995

Presidências portuguesas do Conselho da UE:

- » 2007–julho a dezembro
- » 2000–janeiro a junho
- » 1992–janeiro a junho

Membros da Comissão Europeia:

- » Carlos Moedas – Investigação, Ciência e Inovação (2014–2020)
- » José Manuel Durão Barroso – Presidente (2004–2014)
- » António Vitorino – Justiça e Assuntos Internos (1999–2004)

- » João de Deus Pinheiro – Relações com África e Outros Países, Convenção de Lomé (1995–1999) e Parlamento, Cultura, Audiovisual (1993–94)
- » António Cardoso e Cunha – Energia, Euratom, pequenas empresas, pessoal (1989–92) e Pescas (1985–1988)

Nomeados para o Tribunal de Justiça:

- » José Luís da Cruz Vilaça – Juiz desde 11 de outubro de 2012
- » José Narciso da Cunha Rodrigues – Juiz 7 de outubro de 2000 a 10 de outubro de 2012
- » Luís Miguel Poiares Pessoa Maduro – Advogado-geral 7 de outubro de 2003 a 6 de outubro de 2009
- » José Carlos de Carvalho Moitinho de Almeida – Juiz 31 de janeiro de 1986 a 6 de outubro de 2000

Nomeados para o Tribunal Geral:

- » Maria Eugénia Martins de Nazaré Ribeiro – Juíza desde 31 de março de 2003

- » Rui Manuel Gens de Moura Ramos – Juiz no Tribunal de Primeira Instância 18 de setembro de 1995 a 31 de março de 2003
- » José Luis da Cruz Vilaça – Presidente do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias setembro de 1989 a setembro 1995

Membros do Conselho do Banco Central Europeu:

- » Vítor Constâncio – Vice-Presidente
- » Carlos Costa – Governador do Banco de Portugal

Membros no Tribunal de Contas Europeu:

- » Vítor Manuel da Silva Caldeira (desde março de 2000) – Presidente (eleito em janeiro de 2008).

Anteriores Membros:

- » A. de Sousa Ribeiro 10 de fevereiro de 1994 a 29 de fevereiro de 2000
- » Carlos Moreno 27 de janeiro de 1986 a 09 de fevereiro de 1999

Membros de Portugal no Comité Económico e Social Europeu:

- » Pedro Almeida Freire, Presidente do Conselho Fiscal da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP)
- » Paulo Barros Vale, Empresário – CTP – Confederação do Turismo Português
- » João Dias da Silva, Secretário-Geral da Federação Nacional da Educação (FNE).
- » Gonçalo Lobo Xavier, Conselheiro da direção da Aimmap – Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal; Membro indicado pela CIP – Confederação Empresarial de Portugal
- » Lino da Silva Maia, Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS)
- » Calos Matias Ramos, Bastonário da Ordem dos Engenheiros de Portugal
- » Luís Mira, Secretário-Geral da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP)
- » Jorge Pegado Liz, Advogado – Associação para a Defesa dos Consumidores (DECO)

- » Carlos Silva, Secretário-geral da União Geral de Trabalhadores (UGT)
- » Francisco Silva, Secretário Geral da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal (CONFAGRI); Presidente da Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola (FENACAM)
- » Mário Soares, Professor – Membro do Conselho Nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical (CGTP-IN)
- » Carlos Manual Trindade, Membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN)

Membros de Portugal no Comité das Regiões:

- » ALBUQUERQUE, Miguel Filipe (Membro) – Presidente do Governo Regional da Madeira
- » ALVES CORDEIRO, Vasco Ilídio (Membro) – Presidente do Governo Regional dos Açores
- » AMARO, Álvaro (Membro) – Presidente da Câmara Municipal da Guarda

- » ANTUNES, Luís (Alternativo) – Presidente da Câmara Municipal da Lousã
- » AZEVEDO, João (Membro) – Presidente da Câmara Municipal de Mangualde
- » » BRAGANÇA FERNANDES, António (Membro) – Presidente da Câmara Municipal da Maia
- » CORREIA, Luís (Alternativo) – Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco
- » DA CUNHA COSTA, José (Membro) – Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo
- » GOMES, Luís (Membro) – Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António
- » GUERREIRO, Vítor (Alternativo) – Presidente da Câmara Municipal de São Brás de Alportel
- » HORTA, Basílio (Membro) – Presidente da Câmara Municipal de Sintra
- » LOPES, Francisco (Alternativo) – Presidente da Câmara Municipal de Lamego
- » MARQUES, Mário Sérgio Quaresma (Alternativo) – Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus da Madeira

- » MEDINA, Fernando (Membro) – Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
- » MORAIS, Isaura (Alternativo) – Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior
- » PEREIRA, Américo (Alternativo) – Presidente da Câmara Municipal de Vinhais
- » PEREIRA, António Benjamim (Alternativo) – Presidente da Câmara Municipal de Esposende
- » PINTO DE SÁ, Carlos (Membro) – Presidente da Câmara Municipal de Évora
- » PROENÇA, Vítor (Alternativo) – Presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal
- » REIS COSTA, Aníbal (Alternativo) – Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo
- » RIBAU ESTEVES, José (Membro) – Presidente da Câmara Municipal de Aveiro
- » SANTOS, Paulo (Alternativo) – Presidente da Câmara Municipal da Batalha
- » VASCONCELOS DE OLIVEIRA, Rodrigo (Alternativo) – Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas – Açores

Glossário

AUE Ato Único Europeu (AUE), conjunto de textos acordados pelo Conselho Europeu (dezembro de 1985) que aprovou a revisão do Tratado de Roma, no que viria a ser o Ato Único Europeu.

BCE Banco Central Europeu.

CECA Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, é a primeira das três «Comunidades Europeias». O tratado que instituiu a CECA foi assinado em Paris a 18 de Abril de 1951, pela República Federal da Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo, e entrou em vigor a 25 de Julho de 1952.

CEE Comunidade Económica Europeia, criada por um Tratado assinado em Roma, a 25 de março de 1957, pela República Federal da Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo, e que entrou em vigor a 1 de janeiro de 1958.

Comissão Europeia Instituição europeia que encarna e defende o interesse geral da União. É a guardiã dos Tratados para garantir a aplicação do direito comunitário, bem como das decisões adotadas por força destes (direito derivado).

Conselho Europeu Reuniões periódicas dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros da União Europeia, que conta ainda com a presença do Presidente da Comissão Europeia, do alto-representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e do Presidente do Conselho Europeu.

Convenção Internacional Acordos celebrados entre sujeitos de Direito Internacional – Estados e organizações internacionais – que visam, em princípio, a prossecução de interesses comuns e produzem efeitos jurídicos entre as partes contratantes.

DG Direção Geral. Os funcionários da Comissão Europeia estão repartidos por departamentos, denominados Direções-Gerais.

ECU Unidade Monetária Europeia (ou Unidade de Conta Europeia, inglês: European Currency Unit) era um cabaz de moedas, em que todas estavam ligadas de forma a que nenhuma taxa de câmbio bilateral pudesse variar mais de 2,25% relativamente a cada uma das outras.

Estado-Membro País que entrou na União Europeia após um processo de negociações de adesão, integrando-a de pleno direito.

EURATOM Comunidade Europeia da Energia Atómica, criada em conjunto com a CEE com a assinatura do Tratado de Roma, a 25 de Março de 1957.

IME Instituto Monetário Europeu.

Parlamento Europeu Instituição europeia que representa «os povos dos Estados reunidos na Comunidade Europeia», como definido no Tratado de Roma de 1957. Na versão do Tratado de Lisboa, o Parlamento Europeu “é composto por representantes dos cidadãos da União”.

SME Sistema Monetário Europeu, acordo estabelecido em março de 1979 através do qual a maior parte dos países da então Comunidade Económica Europeia acordaram ligar as suas moedas de forma a evitar grandes flutuações de taxa de câmbio entre elas.

Tratado Internacional Acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo direito internacional, quer esteja consignado num instrumento único, quer em dois ou vários instrumentos conexos, e qualquer que seja a sua denominação particular.

UE União Europeia.

UEM União Económica e Monetária, processo destinado a harmonizar as políticas económicas e monetárias dos Estados-Membros da União, com o objetivo de instaurar uma moeda única, o euro.

Zona Euro Espaço geográfico dos Estados-Membros da União Europeia que optaram por aderir ao euro.

Links

Banco Central Europeu
<https://www.ecb.europa.eu>

Comissão Europeia
<http://ec.europa.eu>

Conselho Europeu
<http://www.consilium.europa.eu>

Parlamento Europeu
<http://www.europarl.europa.eu>

União Europeia (Website oficial)
<http://europa.eu>

José Manuel Ferreira Fernandes

26 de julho de 1967

Moure, Vila Verde

Casado, 2 filhos

- » Licenciado em Engenharia de Sistemas e Informática pela Universidade do Minho.
- » Foi formador e professor no ensino público.
- » É deputado ao Parlamento Europeu, onde integra o grupo do Partido Popular Europeu (PPE). Foi eleito em junho de 2009 pelo PSD e reeleito em maio de 2014 pela Aliança Portugal. É o coordenador do PPE na Comissão dos Orçamentos. Em 2015 assumiu a função de relator do Orçamento da União Europeia para 2016 e foi o relator do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (“Plano Juncker”).
- » Presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Braga.
- » Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sporting Clube de Braga.
- » Presidente honorário da ACES Europe - Federação Europeia das Cidades e Capitais de Desporto
- » Membro do Conselho de Administração do Instituto Francisco Sá Carneiro.
- » Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde (1997–2009).

» **Autor dos livros:**

“Sem Fronteiras – programas disponíveis para jovens”

“Fundos Europeus 2014–2020 – Manual do Autarca”

Edições 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 da publicação “Pela Nossa Terra – Agenda para o Minho”

“Pela Nossa Terra – Trás-os-Montes 2015”.

Coleção Europa – Pela Nossa Terra

N.1 União Europeia, história e instituições

N.2 Estratégia Europa 2020

N.3 Quadro Financeiro Plurianual 2014–2020

N.4 Política de Coesão 2014–2020

N.5 Portugal 2020

N.6 Horizonte 2020

N.7 Erasmus+

N.8 Fundos Europeus para as PME



N.1 – União Europeia, História e Instituições